



Proposta de criação do
U-TOPOS - Centro de Estudos sobre Utopia
IEL-UNICAMP

Coordenador

Carlos Eduardo Ornelas Berriel (DTL/IEL/UNICAMP)

Professores

Cristina Meneguello (História/IFCH/UNICAMP)

Edwiges Morato (DL/IEL/UNICAMP)

Emerson Tin (FACAMP)

Iara Lis Schiavinatto (IA/UNICAMP)

Ildney de Fátima Souza Cavalcanti (Letras/UFAL)

Yvone Gallo (História/PUC/Campinas - pós-doutoranda DTL/IEL)

Campinas, agosto de 2008

Alunos

Orientandos do Prof. Carlos Eduardo O. Berriel (DTL/IEL/UNICAMP)

Ana Cláudia Romano Ribeiro (doutorado)

Helvio Gomes Moraes Jr. (doutorado)

Tarsilla Couto de Brito (doutorado)

Yvone Greis (doutorado)

Daniela Spinelli (doutorado)

Renata Altenfelder Garcia Gallo (mestrado)

Juliana Lopes (mestrado)

Laura Cielavin Machado (mestrado)

Geraldo Witeze (mestrado)

Orientandos da Profa. Ivone Gallo (História/PUC-Campinas)

Alex Pedroso (IC)

Mariana Palmero (IC)

Orientandos da Profa. Iara Lis Schiavinatto (História/IFCH/UNICAMP)

Eduardo Costa (mestrado)

Érika Zerwes (mestrado)

Juliano Reginatto (mestrado)

Shirly Ferreira de Souza (mestrado)

Orientandos da Profa. Ildney Cavalcanti (Letras/UFAL)

Amanda Priscila Santos Prado (IC)

Fernanda Gomes da Silva (IC)

Gabriella Patrícia dos Santos Lins (IC)

Hermes Augusto Mazotti da Fonseca Mata (IC)

Jackelline Virgínia O. Lima (IC)

Mara Carolina de Lima Galvão (IC)

Nayara Macena Gomes (IC)

Simone Cavalcante de Almeida (Mestrado)

Cleusa Salvina Ramos Maurício Barbosa (Doutorado)

Márcia Felix da Silva Cortez (Doutorado)

Orientando da Profa. Edwiges Morato (DL/IEL/UNICAMP)

Franco Rajer (Mestrado)

A criação do **U-TOPOS - Centro de Pesquisa sobre Utopia**, que inicialmente reunirá pesquisadores da Unicamp (IEL, IFCH e IA), da Faculdade de História da PUC-Campinas, da Faculdade de Letras da UFAL e da FACAMP, é decorrência lógica das atividades de pesquisa sobre o fenômeno utópico já realizadas por seus membros. Através de formas e iniciativas particulares, os Membros do Centro têm desenvolvido amplas investigações, oneradas entretanto pelo dispersão dos esforços e resultados. A Fundação do U-TOPOS, possibilitada pelo IEL, maximizará os resultados destes trabalhos, que passam a ser conjuntos. Portanto, este Centro buscará consolidar estas trajetórias através de debates e atividades marcadamente interdisciplinares, que de fato abrirão perspectivas novas para todos. A utopia, para ser compreendida enquanto fenômeno cultural, exige por sua própria natureza o esforço interdisciplinar, já que nenhum dos campos particulares do conhecimento parece suficiente para contê-la: este ponto, por si só, já justifica a fundação deste Centro de Pesquisa.

Atividades previstas

O **U-TOPOS – Centro de Pesquisa sobre Utopia** pretende integrar docentes de unidades da UNICAMP e de outras Universidades, com seus respectivos orientandos, que trabalhem sobre temas relacionados à utopia, promovendo as seguintes atividades:

- 1) Encontro dos vários Grupos de Trabalho para apresentação de pesquisas em andamento;
- 2) Publicação de trabalhos produzidos pelo Centro na forma de livros, boletins, atas, etc.;
- 3) Seminário nacional em data a ser definida;
- 4) Congresso Internacional tendo por tema a definição da utopia enquanto gênero de representação, e posterior publicação das Atas.
- 5) Criação de WEB PAGE disponibilizando obras clássicas e pesquisas no âmbito do próprio U-TOPOS.
- 6) Constituição de acervo de obras e documentos sobre o tema da utopia.

Projeto de estudos

O objetivo deste projeto é compor um leque de leituras da utopia, enquanto conceito, gênero, enquanto sintoma social, enquanto forma derivada de outros gêneros (relato de viagem, ensaio filosófico, proposição política). Desde seu nascimento, com a obra de Morus (1516), até hoje, a utopia passou por um processo contínuo de definições e redefinições, sensível não apenas à incessante produção de novas obras utópicas (existem cerca de 3 mil utopias catalogadas), como também ao influxo das circunstâncias históricas. Trata este projeto de repertoriar o conceito de Utopia; de elaborar um quadro, classificado por período histórico, com as várias definições e acepções da utopia; de estabelecer nexos entre a produção utópica, sempre numerosa, e as correlatas produções culturais, como o texto filosófico, historiográfico, político, literário. Não se trata de escrever uma *história da utopia*, mas da reconstituição das várias acepções que este gênero recebeu no decorrer dos seus cinco séculos de existência.

Introdução e justificativa

Poucos gêneros literários nasceram com um registro mais claro do que a utopia. Com data (1516) e autor (Thomas Morus), a *Utopia* forneceu no berço os parâmetros, os procedimentos e o nome deste gênero. Esta obra funda um gênero que se multiplicou em dezenas de obras em vários países já no século XVI: Alemanha (*Wolfaria*, de Eberlin, 1521, e os

Commentariolus de Kaspar Stiblin, 1555), Espanha (*Relox de Príncipes*, de Antonio de Guevara, 1529), Itália (*Mundo Sábio e Louco*, de Doni, 1552, *A Cidade Feliz*, de Patrizi da Cherso, 1553, *A República Imaginária*, de Ludovico Agostini, 1591), França (*A Ilha dos Hermafroditas*, de Thomas Artus, 1605). As utopias foram, em seu meio milênio de história, interlocutoras contínuas das várias sociedades e teorias políticas correspondentes, sendo ela própria, às vezes, uma teoria política e uma proposta de sociedade.

A utopia nasceu sob uma estrela promissora: representa, como *O Príncipe* e *O Cortesão*, um ponto de chegada do Humanismo *quattrocentesco*, e talvez seu limite: a concepção, construída pela práxis social, de que o homem poderia tomar para si, para suas mãos, seu próprio destino. Diversamente da concepção predominante no medievo, a existência individual e o viver associado são vistos pelo Humanismo como históricos – humanos – e, portanto plásticos, moldáveis por uma teleologia que, embora sempre existente, chegava então à uma efêmera emancipação. Segundo Quentin Skinner¹, “alguns estudiosos trataram a Utopia como uma mera contribuição a um programa mais amplo de reforma humanista, um programa que Morus teria elaborado em íntima colaboração com Erasmo, Vives, Elyot”. Presidiu a gênese da utopia a crença na perfectibilidade *social* (a perfectibilidade *humana* era intrínseca à concepção cristã). A utopia indicava que a sociedade era incompleta, e que essa incompletude possuía uma solução. A formalização literária da completa remissão dos males sociais é, em si, a utopia: o texto que constrói com palavras uma *polis* perfeita se imagina completo e, portanto ser possível a completude social, uma vez aplicados os ditames da Razão. Como alegoria, a utopia formaliza as contradições do momento presente de sua composição, e projeta a noção de “eterno”, que é o produto daquela circunstância. O fermento platônico é em si evidente. Portanto, a utopia é a imagem da perfeição social imanente a um momento histórico concreto.

Primeiros sentidos da palavra

Conforme Raymond Trousson², em 1611 a palavra utopia aparece pela primeira vez em dicionário (*Dictionarie of the French and English Tongues*, de Cotgrave), com o significado de “*a imaginative place, or country*” – portanto, como uma metáfora pseudo-geográfica para designar não um livro e um gênero, mas um país imaginário. No século XVII a palavra sai de uso, em seu lugar sendo empregada a “viagem imaginária”, voltando no século seguinte, com Leibniz, ao seu significado de “lugar imaginário”. Em 1715, Gueudeville traduz Morus e cria as palavras *utopier*, *s’utopier*, *s’utopianiser*, neologismos que não sobrevivem. Em 1752, o *Dictionnaire de Trévoux* diz ser a utopia “*Região que não existe em lugar nenhum, país imaginário*”, mantendo o significado de metáfora pseudo-geográfica. Em 1762, o *Dictionnaire de l’Académie française* diz: “*É usado às vezes em sentido figurado para designar um projeto de governo imaginário*”, o nome incluindo a acepção de gênero literário. A edição seguinte deste dicionário, de 1798 (ano da ascensão de Napoleão), diz: “*Se usa, em geral, para indicar um projeto de governo imaginário no qual tudo é organizado à perfeição para a felicidade comum*”. O sentido de gênero literário é mantido, mas ocorre o deslocamento do significado pseudo-geográfico para o enquadramento institucional, com uma incidência sobre o aspecto político que será confirmada, na segunda metade do século XVIII, acentuando (com Diderot, Grimm, Rousseau, Formey, Rivarol, Mirabeau) o aspecto negativo em impossibilidade, de irreabilidade.

O gênero utópico

Desde a publicação da obra de Thomas Morus, é chamada *Utopia* a toda descrição de uma sociedade supostamente perfeita em todos os sentidos, e literalmente quer dizer “o que está em nenhum lugar”. A explicação mais geral da gênese deste gênero literário, tão próximo da história, da filosofia e da política, segue a idéia de que a Utopia foi gerada pelo processo burguês de racionalização da vida, marcante no Renascimento. A utopia nasce com a livre busca de

¹ SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. SP: Cia das Letras, p. 274.

² TROUSSON, R. *Viaggi in nessun luogo*. Ravenna: Longo, 1997, p. 14 s.

soluções racionais para os complexos problemas da convivência humana. Ligada à realidade pelo desejo de modificá-la, a utopia é sempre datada porque apresenta uma solução a problemas históricos determinados. Seria uma antecipação do futuro, uma antevisão que apenas gradativamente pode produzir resultados, uma mensagem na garrafa que só muito mais tarde pode ser recolhida, entendida e aplicada.

Mas esta explicação não bastará por si: as circunstâncias da Reforma e da Contra-Reforma são obrigatórias. As utopias são muito distintas entre si, e possuem em comum o fato de descreverem uma sociedade ideal e perfeita de modo detalhado. É provável que nenhum dos autores das utopias do Renascimento crese que a sociedade descrita fosse realizável – ao contrário dos socialistas utópicos do século XIX. Moviam-se pelo desejo de criticar a sociedade de sua época e de propor reformas, que são cumpridas na sociedade utópica. As utopias foram criticadas como promotoras de uma atitude cega para com as “realidades humanas”, tais como as ambições, o desejo de poder, etc. É fácil pensar numa sociedade ideal quando as realidades, que sempre oferecem obstáculos, não são levadas em consideração. Uma sociedade utópica funcionaria perfeitamente apenas porque funcionaria no vazio. Já foi dito que o espírito revolucionário utópico se dissolve por si mesmo, já que numa sociedade perfeita não cabem revoluções nem, portanto, mudanças e progresso. A utopia está sempre ligada à realidade presente pelo desejo de modificá-la, e por seu repertório de imagens: a utopia é sempre datada, porque apresenta solução de problemas históricos bem situados. Para Luigi Firpo, o “utopista é um reformador tão profundamente consciente do caráter prematuro e extemporâneo do seu projeto, que sabe não poder redigir em forma de programa concreto e se induz, portanto, a cogitar uma forma diferente de comunicação e de proposta”.

Não faltaram motivos sociais para o surgimento das utopias: o caos do nascente capitalismo mercantil, uma nobreza frívola e ávida, um clero corrupto e ocioso, o parasitismo pululante, o ofício das armas reduzido à rapina de ociosos, um pauperismo deprimente, a fome, o escombros da antiga sociedade e o nascimento brutal de uma nova forma de Estado. O amor pelo quieto viver condenará tudo isso, e buscará os valores projetados na Utopia.

Uma tipologia utópica

A observação do gênero utópico revela algumas características bastante recorrentes. O historiador Raymond Trousson³ estabeleceu um interessante esquema geral para a morfologia das utopias, indicando as características do gênero utópico. Nesta morfologia aparece como a característica exterior mais evidente e mais comum da Utopia o *insularismo*, ou seja, a condição geográfica mesma. A utopia é sempre isolada da nossa história, mesmo quando não é uma ilha: a *Cidade do Sol* de Campanella, por ex., fica “numa vasta planície situada sob o Equador”. Tal insularismo não é apenas uma ficção geográfica: é uma atitude mental da qual a ilha clássica é apenas a representação, responde à exigência de preservar a comunidade da corrupção externa e de apresentar um mundo fechado, um microcosmo no qual existam leis específicas que escapam ao campo magnético do real.

A *Antarquia*, ou independência econômica absoluta, é outra característica: o utopista professa o desprezo pelo ouro e pela prata. Teme o sistema monetário que gera desigualdade e injustiça, preferindo uma economia fechada, que permita excluir o dinheiro mediante o uso direto da terra. Possui uma verdadeira fobia do comércio, que considera um fenômeno parasitário, imoral, anti-social, e seu sistema fundado exclusivamente sobre a agricultura.

A *Estrutura geométrica*, sinal evidente do controle perfeito e total: o funcionamento interno do sistema utópico deve ser perfeito como o do relógio. A vida associativa não deve estar submetida à fantasia e à exceção e, como exemplo, Morus descreve 54 cidades perfeitamente idênticas. A paixão pela simetria é um reflexo do amor pela ordem levada a um ponto de misticismo. Há o temor de um desenvolvimento “natural”, sujeito às ações perturbadoras da História e dos acontecimentos comuns da vida concreta. É sintomático que a Utopia não tenha

³ Trousson, R., op. cit., p. 19 ss.

um passado, que não seja o resultado de uma evolução, ou que esta evolução pertença a um passado mítico. A utopia *é*, num presente imutável que não conhece passado nem futuro, já que, sendo perfeita, jamais mudará. O visitador clássico da utopia a visita apenas quando ela já está completamente realizada.

A *Defesa da legislação e das instituições*: o utopista considera que as leis justas tornam o povo bom, que as instituições formam os costumes; considera ainda a lei um decreto nascido da sabedoria e da razão, quase sempre obra de um personagem mítico, o Legislador.

A *Uniformidade social* como principal resultado das leis: o utopista é um integrista que ignora dissensos, oposições, dissidências, reivindicações; por isso na Utopia não existem minorias ativas nem partidos políticos. O cidadão é concebido como parte do todo, de um conjunto do qual é apenas uma partícula. A sua vontade se confunde instintivamente com a do Estado, vista *a priori* como justa.

O *Dirigismo absoluto* como negação necessária de todo individualismo: o utopismo pressupõe o intervencionismo radical, sendo o indivíduo sempre subordinado às exigências de ordem e de equilíbrio total. O utopista cai no dilema que lhe é próprio: sacrifica o indivíduo para proteger a instituição criada originalmente para o homem, e resolve o problema supondo já obtida por todos a coincidência entre necessidade e liberdade. Também neste caso a distopia transformaria em pesadelo tais boas intenções.

O *Coletivismo*, justificado pela ausência de propriedade: é mais uma dimensão ética do que econômica (pois garante a *igualdade*). Elimina-se, dessa forma, uma fonte de conflitos (inveja, ciúme, pobreza). Porém isso implica em limites à liberdade, daí derivando o aspecto ascético da moral utópica. A igualdade pressupõe a exaltação do trabalho e o horror ao parasitismo social.

A *Onipotência da Pedagogia* como método fundamental de ação sobre o material humano: seu projeto é erradicar do homem a sua natureza primitiva, individualista e anárquica. A pedagogia é confiada ao Estado, o único a deter a lei: mais do qualquer outro saber, importa o saber constitutivo da ordem social. A pedagogia objetiva a introjeção da ordem e da regra (para suprimir a dissidência e a contestação), e busca fundamentalmente tornar a estrutura mental conforme à estrutura social.

A *questão religiosa* parece ser a única característica a fugir do dirigismo. A religião é reduzida a uma profissão de fé mínima: a fé é voltada para um Deus criador revelado pelo espetáculo da natureza. Há a crença na imortalidade da alma, mas sem questões de ordem teológica: o culto é desinteressado, e não há uma igreja institucionalizada. A tolerância é absoluta, desde que não se criem desordens. Este inesperado liberalismo tem motivações profundas: em Utopia toda religião que fosse além de um simples deísmo pressuporia uma hierarquia e uma organização própria, e com isto seria uma potência autônoma, concorrente do Estado. Esta duplicidade de poderes dividiria o cidadão. A tolerância religiosa (religião do Estado) nasce de uma intolerância civil. Porém a necessidade do irracional é admitida, desde que voltada para os cultos do Estado. No limite, a Utopia não tem uma religião, *é* uma religião, uma auto-adoração da Cidade. Como pólis/religião, há um culto social sendo os cidadãos os oficiantes. A liberdade religiosa é apenas aparente: construção meramente terrena, não organiza o Além, não promete a Cidade de Deus, e oferece a Cidade do Homem.

Utopia e distopia

Utopia e distopia são estreitamente ligadas. Há em toda utopia um elemento distópico, seja expresso ou tácito, e vice-versa. Em ambos os casos a realidade é distópica e exige um novo projeto. A utopia pode ser distópica se não forem compartilhados os pressupostos essenciais, ou utópica a distopia, se a deformação caricatural da realidade não for aceita. A utopia residiria na razão mesma do pensamento político, que também nasce do desencontro entre realidade e necessidades, desejos e aspirações. A realidade, sempre insatisfatória, estimula o pensamento em direções diversas. Entretanto os projetos utópicos são diversos e permanecem diversos. Pensar

que se possam reunir num único programa todos os homens de uma mesma sociedade é ilusório, ou utópico no sentido corrente.

As utopias são geradas por dois princípios distintos: 1) a partir de uma experiência histórica, como metáfora (a de Morus é exemplar como metáfora da Inglaterra concreta), e 2) a partir de uma Idéia, de uma construção abstrata que desce do Céu para a Terra (sendo a *Cidade do Sol* o melhor exemplo, como formalização da racionalidade restritiva tridentina).

Desta hipótese surge a idéia de ser a distopia primordialmente oriunda deste segundo princípio, da série distópica derivar das utopias desligadas do mundo empiricamente concreto. Podemos considerar que:

a) a **utopia** clássica se desenvolve construindo um hiato (insanável) entre a História real e o espaço reservado para as projeções utópicas; a descoberta de um país distante, até então ignorado (como no enredo de Morus, Campanella e outros) se tornou símbolo de uma fratura não apenas geográfica, mas, sobretudo histórica;

b) a **distopia** busca colocar-se em continuidade com o processo histórico, ampliando e formalizando as tendências negativas operantes no presente que, se não forem obstruídas, podem conduzir, quase fatalmente, às sociedades perversas (a própria distopia).

Na utopia, a sociedade configurada histórica, cultural e politicamente é criada com o objetivo de ser superada através da imagem da Cidade ideal instaurada. Neste sentido é exemplar a adoção, por muitos utopistas, do conto de uma viagem aventureosa que faz o narrador desembarcar em uma terra desconhecida. Tal presença reveste na utopia um papel fundamental: constitui aquela fratura espaço-temporal que permite a existência mesma da representação utópica; o longo percurso permite ao narrador deixar atrás de si a sua própria experiência social, política, religiosa e econômica para viver em um mundo cujo isolamento geográfico, e conseqüentemente histórico e cultural, criou instituições e costumes que nada têm em comum com a realidade originária do viajante. Somos assim colocados frente a uma sociedade radicalmente diversa; mas tal diferenciação na utopia se torna contraposição especular: a estrutura negativa da organização humana existente é sobreposta àquela estrutura positiva da Cidade Nova imaginada. Desta maneira, o utopista procura superar a realidade contingente propondo, como alternativa, uma sociedade perfeita porque racionalmente fundada. Ela, a *Utopia*, não é o produto de um delírio, mas nasceu das necessidades concretas de combater o destino, de fundar uma “segunda natureza” para o homem – a História.

Mas nem todos os exemplos desse gênero foram assim. As utopias da Contra Reforma não partiram de uma sociedade usada como referência, portanto transfiguradas, mas conceberam uma *polis* e uma vida coletiva a partir de conceitos abstratos elaborados por uma Igreja intensamente defensiva. São metástases dos conventos e dos mosteiros, em que as práticas necessárias da vida extra-monacal (trabalho, convivência, casamento, reprodução, representação política, etc.) passam por um completo regramento que retiram dessas mesmas atividades a espontaneidade civil, e são traduzidas em disciplina clerical. Isso é central e constitutivo no orwelliano *1984*, por exemplo.

A distopia, portanto, é o alongamento do perfil das utopias construídas a partir de proposições abstratas, e não de metáforas ou alegorias. O controle social absoluto, a partir das consciências, nascido na Contra-Reforma, conduziu a uma variante de utopias, que encontra na *Civitas Solis* sua plena expressão e que fornecerá os elementos para a futura distopia. Esta não surge inesperadamente, como um raio num céu azul, mas já respirava nas anteriores utopias da Contra-Reforma (Agostini, Patrizi, Buonamico).

A noção de perfectibilidade social, então, não nasce - nem poderia nascer - de uma experiência humana concreta, geradora de problemas solúveis, mas nasce *incontaminada* pela História, nasce como *constructo* ideal, em que a dimensão empírica do homem está removida. A solidão que emana das pinturas de Piero della Francesca sobre a cidade ideal (em que pese a especificidade de suas condições de realização) diz muito sobre isso; não são cidades construídas para o homem realmente existente, mas um conjunto no qual a arquitetura e o urbanismo

cederam lugar e substância à escultura, e a presença humana desequilibra e borra o conjunto. Sua racionalidade resulta áspera, e seus índices de condução à emancipação da vida associada mesclam-se ao seu oposto, à sua própria negação: como *Édipo em Colono*, o indivíduo acaba expurgado da *polis* que ele libertou da quimera enigmática.

A grande questão é aquilo que constitui a face oculta, o não-dito utópico: que a perfectibilidade reside na completa previsão das ações e desejos humanos, que são realizados antes mesmo de serem pensados. O Estado pensou antes e já o realizou. Ou o vetou. Em termos mais amplos, a História não se efetivaria pela concreta experiência humana, mas como produto de um Estado onisciente; a História apareceria como subproduto das pulsões humanas, coadas pelo filtro estatal. Por não comportar mais experiências abertas, a utopia acaba por ser também *Ucronia*: vive no eterno presente. O resíduo obstruído pelo Estado acumular-se-ia onde? A resposta será a distopia: ela é o resíduo obstruído pelo Estado completamente racional.

O estado da arte. Síntese da bibliografia de referência

A tentativa de definição da utopia como gênero literário é um empreendimento relativamente recente, particularmente da década de 1980 em diante. Os esforços anteriores foram pontuais, sendo notáveis os da década de '30, com Carlo Curcio (que organizou antologias de utopias italianas do *cinquecento*), os clássicos estudos de Karl Mannheim (1893-1947), escritos a partir de 1929, finalmente publicados com o título de *Ideologia e Utopia*, o conjunto da obra de Luigi Firpo (1915-89). Alguns (apenas alguns) dos trabalhos mais importantes para buscar a definição genérica da utopia são: R. C. Elliott, *The Shape of Utopia. Studies in a Literary Genre*, University of Chicago Press, Chicago-London 1970 (coletânea de vários ensaios, alguns já publicados na década de '60); *Le discours utopique*, Colloque de Cerisy, Union Générale d'Éditions, Paris 1978; V. Fortunati, *La letteratura utopica inglese: morfologia e grammatica di un genere letterario*, Longo, Ravenna 1979; P. F. Moreau, *Le récit utopique. Droit naturel et le roman de l'État*, P.U.F., Paris 1982. Um importante trabalho pioneiro no âmbito da reconstrução do gênero literário utópico é o ensaio de V. Dupont, *L'utopie et le Roman Utopique dans la Littérature Anglaise*, Didier, Toulouse-Paris 1941. R. Trousson (*Voyages aux pays de nulle part. Histoire littéraire de la pensée utopique*, Éditions de l'Université de Bruxelles, Bruxelles, 1975) utilizou de modo sistemático do critério literário para circunscrever o objeto de sua pesquisa, escrevendo uma história da utopia literária (cujo modelo foi extraído, em última análise, da obra de Thomas Morus). Com o interesse fixado nas estratégias ficcionais, temos a pesquisa de A. Petrucciani (*La finzione e la persuasione. L'utopia come genere letterario*, Bulzoni, Roma 1983), que abandona a ordem cronológica e organiza a própria análise sobre um corpus textual que vai de Morus ao Novecento, seguindo as várias características que compõem a “estrutura da utopia”. Acompanha a evolução das estruturas narrativas, numa série mais exígua de textos, também o fundamental trabalho de P. Kuon, *Utopischer Entwurf und fiktionale Vermittlung. Studien zum Gattungswandel der literarischen Utopie zwischen Humanismus und Frühaufklärung*, Carl Winter, Heidelberg 1986.

No Brasil, o surgimento da revista **Morus – Utopia e Renascimento** em 2004, e que agora está em seu 5º número, editada por Carlos E. O. Berriel, co-editada por Ana Cláudia R. Ribeiro e Helvio G. Moraes Jr. e apoiada pelo Grupo de Estudos Renascimento e Utopia, que se reúne no IEL, trouxe uma nova bibliografia para a estante acadêmica brasileira, além de colocar em contato entre si os vários pesquisadores nacionais.

Metodologia a ser empregada

Usaremos como procedimento metodológico as indicações de vários dos autores utilizados no corpo deste projeto, e mais especificamente Silvia Rota Ghibaldi⁴, cuja obra é atenta aos temas metodológicos particulares do estudo das utopias. Extraímos de seu método estes aspectos:

A) Considerar a utopia como um aspecto formal da proposta política somada a uma característica substancial: uma projeção longínqua da realidade política existente no momento da redação da utopia. A utopia desenvolve uma inteligência antecipadora dos acontecimentos históricos efetivados posteriormente; representaria uma aspiração subjetiva, um desejo de renovação em contraste com a mentalidade comum.

B) A utopia nasce sempre da realidade histórica. É uma corrente histórica de renovação da sociedade fundada sobre valores e necessidades considerados essenciais, tais como liberdade, igualdade, justiça, fraternidade, valores e necessidades que demonstrariam estarem esquecidos ou descuidados. A utopia representaria a imersão contínua desses valores e necessidades, como exigência perene, ineliminável. Ligada à realidade presente pelo desejo de modificá-la, a utopia é datada porque apresenta uma solução a problemas históricos determinados.

C) Analisar uma utopia significa entrar nos problemas históricos enfrentados, esclarecer o contexto no qual nasce e toma forma, ilustrar os casos em relação aos debates contemporâneos.

D) Pressupor que *não existe um método peculiar de análise da utopia*, diferente daquele usado para compreender o pensamento político *tout court*. Entretanto, a análise da utopia literária apresenta problemas particulares. A análise de um tratado ou de um diálogo requer decifrar o debate teórico escondido na sátira, na ironia, no paradoxo; particularizar os referentes teóricos de oposição e de convergência escondidos no texto. Enquanto para uma obra teórica *tout court* é possível uma análise puramente interna, esta última para a ficção é insuficiente, e, assim limitada, pode não colher as verdadeiras intenções do autor.

E) *Para que fique evidente, é necessário o estudo do conjunto da obra do utopista, além das fontes e do debate contemporâneo na sua máxima extensão.* O objeto de investigação é essencialmente uma nova organização da vida associativa fundada sobre valores e necessidades considerados fundamentais. O desprezo com relação à sociedade é dado pelo fato que esta última vê tais valores não universalmente compartilhados, mas apenas apanágio de minorias. A aspiração à difusão desses valores é o movente dos formuladores da utopia, pela consciência de que a realização de um projeto político requer um largo consenso. A utopia, como todo pensamento político, é inseparável da intenção de propaganda, e assim *a persuasão se torna uma finalidade*, intermediária mas imprescindível, da utopia. Aspectos formais de persuasão podem constituir estilo, e serão estudados.

F) No processo de análise isolar a *elaboração utópica do discurso político* para fazê-la objeto específico de investigação. Os elementos ficcionais, de persuasão, de retórica, tornam possível esta particularização.

⁴ GHIBALDI, Silvia Rota. "Metodi di analyse della Utopia: osservazione critiche". In: FORTUNATI, Vita e MINERVA, Nadia, orgs. *Per una definizione dell'utopia- Metodologie e discipline a confronto*. Atti del Convegno Internazionale di Bagno di Lucca, 12-14 settembre 1990. Ravenna: Longo, 1992.

Os membros do centro

Coordenador: Prof. Carlos Eduardo O. Berriel

Tenho me dedicado há mais de uma década ao estudo da utopia enquanto fenômeno literário, histórico, político e filosófico. Organizo uma Antologia de Utopias Italianas do Renascimento e da Contra Reforma na Itália, com a tradução para o português e elaboração de notas das seguintes utopias (aqui colocadas em ordem cronológica de composição):

- a) *Il Mondo Savio e Pazzo* (1542), de Anton Francesco Doni
- b) *Elogio dei Garamanti* (1543), de Mambrino Roseo
- c) *La isola di Narsida* (1572), de Matteo Buonamico
- d) *Della repubblica di Genova* (1559), de Uberto Foglietta
- e) *La repubblica immaginaria* (1575-80), de Ludovico Agostini
- f) *La repubblica d'Evandria* (1625), de Ludovico Zuccolo.

Para a realização desta pesquisa contei com uma Bolsa Pesquisa da FAPESP.

Entre 2006 e 2007 realizei um estágio pós-doutoral junto à Università di Firenze, Itália, onde desenvolvi uma pesquisa intitulada “Utopia: História de um conceito”, com Bolsa Capes.

Fundi com meus orientandos em 2004 a **Revista MORUS – Utopia e Renascimento**. Esta publicação conta com um Conselho Editorial composto pelos mais expressivos especialistas na questão utópica no plano internacional. Com periodicidade anual, esta revista já publicou 5 números, dedicados aos seguintes temas:

Nº 1 - 2004: *Cidades utópicas*;

Nº 2 - 2005: *A definição do gênero utopia*;

Nº 3 - 2006: *O impacto das descobertas geográficas no imaginário europeu*;

Nº 4 - 2007: *Scienza e tecnica nell'utopia e nella distopia*;

Nº 5 - 2008: *Utopia, Reforma e Contra-Reforma*.

Durante o estágio pós-doutoral acima mencionado realizei, na qualidade de editor da Revista Morus, juntamente com o Prof. Claudio De Boni do Dipartimento di Studi sullo Stato da Università degli Studi di Firenze, o **I Congresso Internacional de Estudos sobre o tema “Scienza e tecnica nell'utopia e nella distopia”**, nos dias 22 e 23 de maio de 2007, em Florença.

Publiquei alguns artigos sobre a questão utópica, dentre os quais:

- “Uma utopia plebéia do Cinquecento: *Mondo Savio e Pazzo*. In: *Morus – Utopia e Renascimento*, 1, 2004.
- “Editorial”. In: *Morus – Utopia e Renascimento*, 1, 2004.
- “Editorial”. In: *Morus – Utopia e Renascimento*, 2, 2005.
- “Editorial” (com A.C.R. Ribeiro e H.G. Moraes Jr.). In: *Morus – Utopia e Renascimento*, 3, 2006.
- “Apresentação/Presentazione”. In: *Morus – Utopia e Renascimento*, 4, 2007.
- “Editorial”. In: *Morus – Utopia e Renascimento*, 5, 2008.
- “O *Elogio dos Garamantes* de Mambrino Roseo (1543)”. In: *Etopia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, 3, 2005.
- “Brief notes on Utopia, Dystopia and History”. In: *Utopia Matters. Theory, Politics, Literature and the Arts*. (Utopian Studies Society) Porto: UP, 2005.
- “A Utopia plebéia de Anton Francesco Doni”. In: *Morus – Utopia e Renascimento*, 1, 2004.
- “O *Elogio dos Garamantes* de Mambrino Roseo (1543)”. In: *Morus – Utopia e Renascimento*, 2, 2005.
- “Utopie, dystopie et histoire”. In: *Morus – Utopia e Renascimento*, 3, 2006.
- “Contraddittoriètà e storia: materie intrinseche dell'utopia”. *Morus – Utopia e Renascimento*, 4, 2007.
- “Cidades Utópicas do Renascimento”. In: *Ciência e Cultura*. SBPC, ano 56, nº 2, 2004.
- “Utopia, distopia e storia”. In: *Rivista di Studi Utopici*, 1, 2006.

Traduzi para o português alguns textos fundamentais para os estudos da utopia, publicados na revista *Morus – Utopia e Renascimento*:

- CURCIO, Carlo. “Formação e caráter da utopia italiana no Renascimento”. In: *Morus – Utopia e Renascimento*, 1, 2004.

- FIRPO, Luigi. “Para uma definição de ‘Utopia’”. In: *Morus – Utopia e Renascimento*, 1, 2004.

- FIRPO, Luigi. “A utopia política na Contra-Reforma”. *Morus – Utopia e Renascimento*, 5, 2008.

Como desdobramentos de meus trabalhos sobre a questão utópica, estabeleci convênios entre a Unicamp e as seguintes instituições:

a) Università degli Studi di Firenze, Dipartimento di Studi sullo Stato (2006);

b) Università del Salento, *Centro Interdipertimentale di Ricerca sull’Utopia* (2008).

Tenho me dedicado particularmente à formação de pesquisadores junto ao Programa de Pós Graduação em Teoria e História Literária (IEL), onde tenho orientado vários trabalhos sobre utopia e Renascimento:

Concluídos

Iniciação científica

1) Emanuela Dias de Oliveira, “Virtude e Moralidade: Obstrução à Corrupção Humana e ao Declínio da República Campanelliana”, bolsa Fapesp, 1997-1998.

2) Marla Santos, “A Individualidade n’O *Cortesão* de Baldassare Castiglione”, Fapesp, 1999-2000.

3) Marília G. Malavolta, “A Arte da Conversação em *O Cortesão* de Baldassare Castiglione, 2001.

4) Marlies Regina Figueira, “A Querela da Dama di Palazzo em *O Cortesão* de Baldassare Castiglione”, Pibic, 2003.

5) Cyntia Belgini Andretta. “A disputa Pietro Aretino-Anton Francesco Doni”, Pibic, 2004.

6) Eliane Maria Diniz Campos, “A realidade como utopia: uma realidade não nossa” (William Morris), Fapesp 2006-7.

Mestrado:

1) Marília G. Malavolta, “A arte da conversação n’O *Cortesão* de Baldassare Castiglione, 2002.

2) Marceli Giglioli Stoppa Baldessin, “Dimensões utópicas na ficção científica”, 2003.

3) Helvio G. Moraes Jr., “O pensamento utópico de Francesco Patrizi da Cherso em *La città felice*”, bolsa CNPq, 2005.

4) Ana Cláudia R. Ribeiro, “*A Ilha dos Hermafroditas*: viagem à França especular de Henrique III”, 2005.

Em andamento

Iniciação Científica

1) Laura Cielavin Machado, “*Lettres de Malaisie* de Paul Adam”, Bolsa Fapesp 2008.

Mestrado:

1) Juliana de Oliveira Lopes, “O riso e o lamento de Democritus Junior, um espectador do mundo”, início: 2007.

2) Geraldo Witeze Jr., “A utopia na ilha de Baratária”, início: 2007.

3) Isadora Eckardt da Silva, “A viagem e Marta Graham”, início: 2007.

4) Laura Cielavin Machado, “*Lettres de Malaisie* de Paul Adam”, início 2009.

5) Renata Altenfelder Garcia Gallo, “Estudo do termo “tipologia” e de seus sentidos em *A Teoria do Romance* (1915), de Georg Lukács”. Início 2009.

Doutorado:

1) Ana Cláudia R. Ribeiro, “*La Terre Australe connue* (1676), de Gabriel de Foigny”. Início: 2005. Bolsa Fapesp.

2) Helvio G. Moraes Jr., “Patrizi e a utopia italiana do entre e pós Reformas”, início: 2005.

3) Yvone Soares dos Santos Greis, “*Alector ou le Coq, histoire fabuleuse*: estudo crítico da história fabulosa de Barthélemy Anneau”. Início: 2008.

4) Tarsilla Couto de Brito, “A utopia em *Les aventures de Télémaque*”. Início: 2008. Bolsa Capes.

5) Daniela Spinelli, “Modernismo e Utopia no *Marco Zero*, de Oswald de Andrade”.

Prof. Dr. Carlos Eduardo Ornelas Berriel (DTL/IEL/UNICAMP)

Projeto: TRADUÇÃO DA VERSÃO ORIGINAL (1602) DO “*APPENDICE DELLA POLITICA DETTA LA CITTÀ DEL SOLE DI FRA’ TOMMASO CAMPANELLA – DIALOGO POETICO*”

O objetivo deste Projeto é a realização de uma tradução da versão original, de 1602, do “*Appendice della politica detta La Città del Sole di fra’ Tommaso Campanella – Dialogo poetico*”, ainda inédita em português; esta tradução será acompanhada de um sistema de notas explicativas, que acompanharão, pelo sentido, a elaboração de estudo histórico e crítico sobre a utopia campanelliana, com especial atenção à sua teoria política e à sua filiação problemática à filosofia natural de Bernardino Telésio. Esta investigação levará à averiguação da forma particular da inserção da *Cidade do Sol* dentro do gênero utópico – o que significa estabelecer um critério válido para a definição deste gênero.

Campanella escreveu *A Cidade do Sol* em italiano, em 1602, durante seu cativeiro em Castel Nuovo, Nápoles. Trata-se de sua obra política mais conhecida, na qual expõe a sua república ideal, baseada numa interpretação da filosofia da natureza de Bernardino Telésio, teocrática e ao mesmo tempo aristocraticamente comunista. Em 1607 um exemplar manuscrito foi entregue a Caspar Schoppe, que a divulgou com várias cópias na Itália e na Alemanha. Em 1611 o texto foi aumentado com algumas poucas anexações, mas importantes, revisão esta que consta no *Manuscrito 2618* da Biblioteca Governativa de Lucca, base das edições modernas. Estimulado em 1613 por outro sábio alemão, Tobia Adami, Campanella empreende a tradução em latim de suas obras mais importantes em termos filosóficos, para difundi-la na Alemanha. Traduzida em 1615 e enviada a Adami em 1619, a *Civitas Solis* foi impressa pela primeira vez em Frankfurt em 1623. As traduções brasileiras seguem esta primeira publicação, marcada por um esforço de facilitação em benefício do leitor. O original italiano, que pretendemos traduzir, foi esquecido por muito tempo. Apenas em 1904 Edmondo Solmi fez aparecer em Módena o texto em italiano da *Cidade do Sol*. Foi preciso esperar 1941 e a séria transcrição de Norberto Bobbio para ver aparecer um texto confiável, fundamentado na leitura de dez dos onze manuscritos então conhecidos. Luigi Firpo ainda descobriu quatro novos manuscritos. Graças às suas correções e a algumas divergências na escolha das variantes, a edição de Luigi Firpo⁵ da *Cidade do Sol* representa um progresso com relação ao texto estabelecido por Norberto Bobbio, e é a partir desta versão que trabalharemos para a tradução em língua portuguesa.

Objetivo principal:

- a) Tradução da versão original (1602) do “*Appendice della politica detta La Città del Sole di fra’ Tommaso Campanella – Dialogo poetico*”, acompanhada de um sistema de notas.
- b) Elaboração de estudo histórico e crítico sobre a utopia campanelliana, com especial atenção à sua teoria política e à sua filiação à filosofia natural de Bernardino Telésio.
- c) Averiguação da forma específica da inserção da *Cidade do Sol* dentro do gênero utópico - o que significa estabelecer um critério válido para a definição deste gênero.

O problema campanelliano. Considerações gerais

Tommaso Campanella é o autor da utopia mais sintética e formalizadora dos intrincados problemas da Contra-Reforma. Sua estrutura é ampla, complexa, audaciosa, e para compreendê-la é necessário arregimentar noções funcionais daquele período histórico - estamos pensando não apenas na crise religiosa, com a reordenação da Igreja Católica no processo do Concílio de Trento, mas também na consolidação da monarquia espanhola sob o absolutismo, nas guerras de religião na França, na Guerra dos 30 Anos, na passagem da economia mercantil para a

⁵ FIRPO, Luigi. *Per il testo critico della “Città del sole” di T. Campanella*, “Giornale storico della letteratura italiana”, CXXV, 1948, p. 245-255.

manufatura - e enfim, na revolução científica.

Campanella leu *De rerum natura iuxta propria principia* de Bernardino Telésio, obra que expõe uma física inteiramente naturalística, completamente antagônica ao aristotelismo dominante nas escolas. Campanella descobre em Telésio a existência de um método racional de apropriação da realidade tangível, um caminho para chegar à verdade mediante a observação da natureza. Segundo escreve mais tarde, toda a obra se lhe revelou coerente e libertadora, e ele foi entusiasticamente conquistado por ela. Já como seu discípulo, escreveu em 1590 a *Philosophia sensibus demonstrata*, um texto heterodoxo que evidenciava seu afastamento das regras vigentes da Igreja. A influência de Telésio será perene e estruturante em seu pensamento, e decisiva para a elaboração da *Cidade do Sol*.

Campanella elaborou, já em suas primeiras obras, um ambicioso e temerário projeto. Com a Reforma luterana, a Igreja passara a ter o seu poder político questionado ou mesmo suprimido em toda a Europa. Um dos efeitos destes acontecimentos foi a separação entre poder espiritual e poder temporal, e Campanella se insurge contra este fato. Em sua concepção, o mundo cristão deveria conhecer um único governo, que seria exercido por um soberano que fosse ao mesmo tempo soberano e sacerdote - logicamente, o papa. O estabelecimento de uma hierocracia torna-se sua causa, e a exposição deste cesaropapismo está nos *Commentarii sulla monarchia de' Cristiani* (1593) e em *Discorsi del governo ecclesiastico* (1594).

O ideal universalista de Campanella já nasce maduro, e seu primeiro texto político já coloca as questões que por 45 anos ocuparão a sua mente: o estado de inocência primordial na natureza, a queda desta condição - que trouxe todos os males ao mundo - a esperança numa regeneração cósmica que conduza de volta a humanidade ao século de ouro quando, anulados os antagonismos, será instituída uma única monarquia ecumênica, sacerdotal e cristã, que governará o mundo numa idade de paz e beatitude. São desejos inteiramente intrínsecos à concepção do universalismo católico; o pecado de Adão permanece como a origem da queda que destruiu o idílio paradisíaco, e a vinda de Cristo permanece aceita como a redenção; entretanto, esta redenção continua em estado potencial, não sendo imediatamente eficaz no plano político-social sem uma eficaz colaboração do homem. A ação humana pela salvação consciente permanece incipiente, segundo Campanella, porque as palavras de Cristo não são fielmente ouvidas e seguidas, retardando por isso a volta da paz e da felicidade sobre a terra. Para acelerar o advento deste acontecimento áureo, Campanella se envolve com a remoção dos obstáculos constituídos pelos acordos políticos internacionais (assunto central da sua *Monarchia*) e na correção dos desvios da organização eclesiástica (à qual dedicou o *Del governo ecclesiastico*), que tardava em renovar-se e purificar-se dos excessos para estar à altura do governo universal por ele predicado. Pensando em termos práticos, Campanella advoga que um poderoso soberano europeu coloque seus recursos econômicos, políticos e militares para viabilizar a conquista desta monarquia universal e colocá-la em seguida aos pés do trono pontifício romano. Campanella propõe esta missão primeiramente a Felipe II, rei de Espanha (*Discorsi ai principi d'Italia*, 1595), e 40 anos depois ao rei da França, Luis XIV (*Monarchie delle nazioni*, 1635), e ao Cardeal Richelieu.

A utopia solariana

Na sua concepção original a Cidade do Sol ocupava toda a terra, e só o artifício literário a inseriu mais tarde, no momento da composição, no âmbito das utopias circunscritas a uma cidade. Mas constitui uma utopia peculiar, destoante das expressões utópicas já comuns, pois não possuía intenções críticas nem satíricas, não avançava hipóteses ou modelos, e não visava persuadir: presumia-se, ao contrário, como uma previsão científica, nítida, de um evento certo e fatal, destinado a efetivar-se no mundo real quando as conjunções fossem propícias. Junta assim, com espantosa energia, profetismo e filosofia natural.

Para Solari⁶, a *Cidade do Sol* constitui-se em um documento essencial para a compreensão das intenções mais profundas e verdadeiras de Campanella, um texto de síntese escrito para definir suas próprias idéias religiosas, filosóficas e sociais, e expor os seus projetos de reforma da Igreja e das instituições políticas. Somente desta forma podemos explicar a gênese deste diálogo utópico enquanto documento literário. A *Cidade do Sol* não é, diferentemente da *Monarchia di Spagna*, um libreto escrito com a finalidade de atrair benevolência ou proteção dos juízes e dos poderosos. Composta na prisão inquisitorial, essa obra foi, entre outras coisas, um balanço do episódio da conjura da Calábria, uma reafirmação da tese do advento do “novo século áureo” anunciado pelas “conjunções magnas”⁷. Junto ao universalismo teocrático, ainda reafirmado em 1637 com *De regno Dei*, o idealismo social da *Cidade do Sol* permanece durante a vida de Campanella o valor mais alto da sua especulação política.

A filosofia natural de Bernardino Telésio

A religião da Cidade do Sol parte do reconhecimento de dois princípios metafísicos, oriundos da filosofia naturalista de Bernardino Telésio, que estabelecia uma interpretação dualista da natureza, fundada sobre a luta entre dois princípios antagônicos: o *Ser*, que é plenitude, e o *Nada*, que é o não-ser. Dito de outra forma, trata-se da dualidade entre o *quente* e o *frio*: o Sol, o princípio do calor, é o primeiro motor do universo e gera a vida, ou o Ser: é centro e símbolo do dinamismo cósmico. O frio corresponde ao não-ser. A Cidade do Sol vive inteiramente a partir destes princípios, que existem segundo as leis de Deus, de quem este astro benéfico é a imagem material.

Com Bernardino Telésio (1509-88) surge, no Renascimento, um naturalismo rigoroso, que se distancia tanto de Aristóteles quanto da magia. Telésio vê na natureza apenas forças naturais, excludentes da metafísica, que devem ser explicadas apenas por seus princípios intrínsecos. Entre 1565 e 1585 publicou sua obra máxima, *De rerum natura iuxta propria principia*, onde expôs sua convicção de que os homens possuem a faculdade de saber sobre tudo o que é natural, e também ter poder sobre tudo o que venha a ser conhecido da natureza. Se pensarmos que este princípio filosófico é constituído nos momentos iniciais da economia manufatureira, poderemos julgar a oportunidade histórica destas idéias. O pensamento telesiano deve ser considerado uma expressão do naturalismo empírico, segundo o qual a natureza é um mundo em si mesmo, regido por princípios intrínsecos e que exclui qualquer força metafísica. A natureza, desta forma, é completamente independente de tudo aquilo que o homem pode imaginar ou desejar; se subtrai a todo arbítrio e deve ser reconhecida por aquilo que é. Telésio fez da filosofia da natureza aquilo que Maquiavel fez da política: uma esfera de reflexão emancipada das outras esferas de pensamento, como a Moral e a Religião.

O objetivo primordial de Telésio é reconhecer uma *objetividade* na natureza, pois as próprias coisas, quando corretamente observadas, manifestam a sua natureza e suas características. Este princípio explicativo tem validade universal porque a natureza é uma só, em todos os tempos e lugares. O homem possui a faculdade de conhecer a natureza porque ele próprio é natureza; os sentidos são eficazes meios de conhecimento, e *o homem como natureza é sensibilidade*. Assim, o que a natureza revela de si coincide com o que os sentidos testemunham: a sensibilidade é a auto-revelação da natureza na sua parte que é o homem.

Telésio concebe a natureza como constituída por três princípios gerais:

- 1- Um verdadeiro princípio ativo, o **Sol**, que é quente, luminoso, tênue e móvel;
- 2- A matéria original dos entes produzidos, a **Terra**, que é fria, escura, densa e imóvel.

O Sol e a Terra são as sedes dos dois princípios ativos, o *calor* e o *frio*. Sendo estes princípios incorpóreos, têm necessidade de uma **massa corpórea** que sofra simultaneamente a

⁶ SOLARI, G. *Di una nuova edizione critica della “Città del Sole” e del comunismo del Campanella*, “Rivista di filosofia”, XXXII, 1941, pgs. 180-197 (e também a resenha do mesmo in “Atti dell Accad. delle Scienze”, Torino, vol. 77, 1941-2, pgs. 4-14); id. *Filosofia politica del Campanella*, “Rivista di filosofia”, XXXVII, 1946, p. 38-63.

⁷ Através de seus trabalhos astrológicos, Campanella extrai o seu vaticínio do iminente retorno do mundo a uma unidade política e religiosa, anunciada por Santa Catarina e Santa Brígida, da qual a *Cidade do Sol* é uma exposição.

ação de um e de outro: este é o 3º princípio natural. Assim, todos os fenômenos do mundo são determinados pela ação dos dois primeiros agentes sobre o terceiro.

Aristóteles considera Deus como sendo o motor imóvel do Céu; em oposição, Telésio julga que a ação de Deus não pode ser restrita à explicação de um fato determinado, ou a um determinado aspecto do Universo: Deus deve ser reconhecido como absolutamente universal e presente em todos os aspectos do universo. Deus é universal como a natureza, que dele advém e *o exprime enquanto forma e princípio*. Todas as coisas da Terra (natureza) poderiam subsistir sem a ação de uma potência superior, mas o homem, os animais ou os eventos naturais se destruiriam entre si, se não fossem governados por esta potência natural; portanto, a conservação da ordem do mundo pressupõe este ser onipotente, este Deus que é fundamento ou garantia da ordem das coisas. Daí Deus não poder ser invocado como causa direta e imediata de qualquer evento natural, pois sendo garantia da ordem do universo, sua ação é idêntica à da força autônoma da natureza: em outras palavras, a natureza é um análogo de Deus. E lembremos que o homem é parte consciente desta mesma natureza.

Telésio afirma a existência de duas almas distintas no homem: 1) um *espírito corporal e mortal*, produzido no momento mesmo da geração física, e que é o mesmo dos animais e das plantas; este espírito existe por si mesmo, desprovido de finalidade, sendo sua primeira função a *sensação*. As coisas externas atuam sobre ele e o modificam, e este espírito é consciente destes fatos, preservando-os na memória; 2) uma *alma superior, divina e imortal*, infundida por Deus e exclusiva do homem, e que possui uma faculdade diferente de pensamento.

Esta condição leva a que o homem possua um duplo desejo e duplo intelecto: a) só o homem tem a faculdade de perceber as coisas divinas, por possuir uma alma superior; b) tal como os animais, o homem percebe os objetos sensoriais, pois possui o espírito corporal. Por causa deste duplo desejo e intelecto, e da luta entre eles, o homem possui o livre arbítrio.

Religião e ciência na *Cidade do Sol*

O ponto de partida do pensamento de Campanella é a filosofia natural de Bernardino Telésio. Entretanto, aquilo que podemos identificar como sendo seu próprio pensamento agrega elementos mágicos e metafísicos que são completamente alheios à obra de Telésio. No decorrer de suas obras, Campanella acaba por transformar *De rerum natura* em uma espécie de cosmogonia teológica, desligada do objetivo de esclarecer os princípios autônomos da natureza, voltada para a conexão entre estes princípios e os seus objetivos teológicos. Campanella vê na natureza a representação de Deus, e nas forças que a movem o campo de ação dos milagres e encantamentos dos magos. Assim, o seu interesse científico é inexistente. Seu objetivo é tomar de assalto a natureza, não compreendê-la ao modo de Telésio.

Podemos, com estas noções, compreender melhor o papel que Campanella atribui à astrologia. Sendo cada coisa oriunda da vontade racional de Deus, que criou a universal animação das coisas, nada é desprovido de sentido ou provém do acaso; portanto, ciência e conhecimento são sagrados porque conduzem à compreensão da vontade de Deus, expressa na natureza: “*Dio come totalità contiene tutto, e nulla è in lui estrinseco, e fuori do lui non sapremmo nulla, come quelli che sono fuori della luce non vedono nulla*”⁸.

O ponto de máxima ligação de Campanella à física de Telésio é a aceitação da supremacia do conhecimento sensível, produto da alma superior doada por Deus. Como Telésio, Campanella considera que o intelecto é, também, sensibilidade. O universal, que é o objeto do intelecto, é a semelhança que existe entre as coisas particulares - o que elas possuem em comum. E é assim que se dá o conhecimento indistinto e confuso, que alcança distinção e esclarecimento com a agudização da consciência sensível. Esta subordinação da inteira consciência à sensibilidade (já que o conhecimento depende da experiência empírica) coloca o problema que determina a passagem da física à metafísica. Se a sensibilidade é sempre consciência das coisas externas, se todo conhecimento é sensibilidade, como pode a alma conhecer a si mesma? Na

⁸ *Theologia*, c. 2, art. 2, pg. 203, citado por SAITA, Giuseppe, *Il pensiero italiano nell'umanesimo e nel rinascimento*, vol. III - *Il Rinascimento*, G. C. Sansoni Editore, Firenze, 1961, p. 268.

realidade, a alma não ignora a si, nem poderia: é necessário portanto fundar a sensibilidade externa sobre a sensibilidade que a alma possui de si. Ou seja, é preciso que o conhecimento do mundo parta do autoconhecimento: este é o problema central da *Metafísica* de Campanella, publicada em Paris em 1638. A autoconsciência, que é o homem, como Deus, como o ínfimo ser da natureza, é para Campanella o princípio de uma metafísica naturalista. A autoconsciência não é própria apenas da alma, mas de todos os entes naturais, já que são dotados de sensibilidade.

A religião natural de Campanella

A filosofia especulativa de Campanella, seja física, seja metafísica, seja teológica, não é um fim em si mesmo, mas tem por finalidade fornecer o fundamento teórico de uma reforma religiosa que conduza os homens à religião autêntica, e reúna numa única comunidade o inteiro gênero humano. Vocacionado para a profecia religiosa, Campanella avalia a filosofia a partir de sua eficiência enquanto instrumento da consciência religiosa do homem. Profetiza, em primeiro lugar, o retorno ao catolicismo de todos os povos da terra, independentemente de suas crenças, e em segundo, a volta do catolicismo à sua verdadeira natureza. O fundamento deste duplo retorno é a *religião natural*.

A sua primeira formulação do conceito de religião natural aparece na *Cidade do Sol*, onde defende que as características desta *polis*, na qual tudo é minuciosamente disposto e planejado pelos homens de ciência, são: a) a comunhão dos bens e das mulheres (conforme o modelo da *República* de Platão); b) a religião natural.

A vida dos solarianos é completamente organizada pela razão, o que significa que vivem segundo os ditames da metafísica campanelliana: a sua religião é a ela similar, e se diferencia do cristianismo pela ausência da Revelação, portanto da integração com o sobrenatural que o ensinamento racional exige. Como não conheceram a Revelação, isto é, a vinda de Cristo, os solarianos não crêem na Trindade, mas em um único Deus, representado pelo Sol vivificante. Para Campanella o cristianismo “*nada acrescenta à lei natural, a não ser os sacramentos*”, e por isso “*a verdadeira lei é a cristã, e ... suprimidos os abusos, será senhora do mundo*”. Os solarianos, “*que seguem apenas a lei da natureza, são bastante próximos ao cristianismo*”. Em última instância, na *Cidade do Sol* a fé é voltada para um Deus criador, revelado pelo espetáculo da natureza e captado pela razão.

Ao defender nas *Questioni sull'ottima repubblica* os conceitos da *Cidade do Sol*, Campanella afirma querer nesta obra apresentar uma república não fundada por Deus, mas pela filosofia e pela razão humana, para demonstrar que a verdade do Evangelho é conforme à razão humana. A religião natural fica assim fundada sobre a razão e descoberta pela filosofia. Mas é uma religião para os doutos, que não são capazes de promover a unidade espiritual do gênero humano. É também imperfeita, porque lhe falta a integração com o sobrenatural, portanto com o testemunho das profecias, com os milagres, com as graças que dão o poder de difusão e vigor inquebrantável à religião revelada. Na realidade, Campanella viu na religião natural a *norma* que permite avaliar o valor das religiões históricas, escolher dentre essas a verdadeira, justificá-la na sua verdade, e reconduzi-la ao seu verdadeiro princípio, suprimindo os abusos deletérios. Neste sentido considera que a religião natural, que é *inata*, é sempre verdadeira, enquanto a religião *construída* é imperfeita, e pode ser falsa. Porém não julga possível que a religião inata possa existir sem a religião construída. A religião natural é própria a todos os seres que, sendo originários de Deus, tendem a retornar a ele. Há aqui um paralelo com os postulados telesianos quanto à dupla alma dos homens. Como dissemos antes, por possuir o espírito corporal da mesma forma que os animais, o homem percebe os objetos sensoriais – e é desta forma que se apropria da religião inata. Já a religião adquirida, a única que possui mérito e valor moral, é própria exclusivamente dos homens, porque só o homem tem a faculdade de perceber as coisas divinas, por possuir uma alma superior. Vemos assim que, sem a apropriação da física de Telésio, Campanella não teria construído a sua religião natural, e por decorrência a *Cidade do Sol*. A religião inata, portanto, não possui valor a não ser por sua relação com a religião construída, da qual constitui, logicamente, o fundamento. Campanella encontra na religião inata o fundamento e a norma de todas as religiões positivas para promover o retorno do gênero humano, dividido em seitas religiosas diversas, à

única religião verdadeira. Campanella retoma o antigo conceito da Patrística que identifica Cristo com a razão universal, identificando a partir daí a religião natural com o cristianismo. Ele se revela deste modo partidário de uma reforma moral do catolicismo que, deixando intactos os dogmas e a estrutura hierárquica da igreja, a restitua à ordem e simplicidade da época patrística, e consequentemente à sua capacidade de difusão universal.

A busca essencial da filosofia de Campanella é pela total conciliação entre razão e fé, pela transformação do contraste excludente entre estas esferas, construído pelo agnosticismo renascentista, em uma explícita continuidade gradual que conduza a filosofia da natureza a se transformar em argumento a favor do cristianismo. Vencidos os argumentos panteístas, jogadas por terra as reivindicações hedonistas e materialistas, o naturalismo humanista reclama para si a dignidade e legitimidade da própria racionalidade. Estes argumentos constroem um lugar para Campanella na igreja da Contra-Reforma: ele é o profeta de uma religião que afunda suas raízes na natureza e na razão crítica, dissolvendo a oposição entre fé e razão.

Orientações em andamento dentro do tema

Ana Cláudia Romano Ribeiro (doutorado)

Em seu trabalho de mestrado, “*A Ilha dos Hermafroditas: viagem à França especular de Henrique III*”, traduziu para o português e analisou *A Ilha dos Hermafroditas*, obra classificada junto a panfletos e à literatura polêmica, que inaugura o gênero utópico na França e, ao mesmo tempo, contém em si a primeira antiutopia francesa. Em seu doutorado, Ana Cláudia retoma o tema do hermafrodita preparando uma tradução comentada e analisando a utopia francesa *La Terre Australe Connue* (1676), de Gabriel de Foigny.

Helvio Gomes Moraes Jr. (doutorado)

Em sua dissertação de mestrado, Helvio analisou o pensamento utópico de Francesco Patrizi da Cherso em *La città felice*, escrito em 1551. Além de estudar o ambiente intelectual vêneta do tardo Renascimento, deteve-se em questões como: 1) a definição do gênero literário “utopia” e sua relação com gêneros afins; 2) a leitura patriziana das fontes clássicas que compõem o pano de fundo de seu tratado, como a *Política* de Aristóteles e a *República* de Platão; e 3) a influência da estrutura política vêneta e do mito que se criara em torno de suas instituições. Tal estudo foi acompanhado da tradução comentada da *operetta*. Seu projeto de doutorado tem como objetivo a tradução de outro escrito do mesmo autor, os *Dieci dialoghi della historia*, publicados em 1560. Especificamente, busca verificar: 1) em que consiste a proposta do filósofo de um desligamento da História do campo da Retórica; 2) qual a nova concepção de historiografia decorrente desta separação e; 3) que razões levam Patrizi à adoção de uma atitude mais realista e analítica da história, em contraste com uma anterior visão anti-histórica e idealizada de Veneza.

Tarsilla Couto de Brito (doutorado)

As aventuras de Telêmaco, escrito em França no ano de 1694 pelo arcebispo François de Salignac de La Mothe Fénelon (1651-1715), possuem três séculos de fortuna crítica; porém nunca houve um consenso quanto a seu lugar na história da literatura. Um dos embaraços criados por esta obra é sua classificação: espelho de príncipes, conto filosófico, romance, idílio ou epopéia são alguns dos gêneros atribuíveis ao texto de Fénelon. Pretendo retomar a questão dando continuidade a uma vertente de leitura do *Telêmaco* que surgiu no final do século passado, qual seja, a crítica fundamentada no pensamento utópico.

Yvone Greis (doutorado)

Alector ou le coq, obra de Barthélemy Aneau (1560) é uma utopia representativa do renascimento francês, e superpôs em sua narrativa os mitos gauleses, a concepção da Antiga Teologia, e dos mitos fundadores, a construção de uma cidade utópica antiga, ligada a um culto solar, ao universo da alquimia especulativa e a algumas outras curiosidades. Como meio de unificar todos esses elementos, o autor escolheu o galo, símbolo presente em inúmeros contos, ou seja, “aquele que faz nascer o sol”. Os estudos sobre mitologias renascentistas, das quais

Rabelais e Aneau fazem parte, procuram nas fontes populares e eruditas, antigas e medievais, as concordâncias que mobilizarão a reflexão no povo, suas origens e suas crenças.

Geraldo Witeze (mestrado)

“Utopia em Dom Quixote: Sancho Pança e o governo da ilha Baratária”. O projeto estuda a idéia de utopia dentro do *Dom Quixote*, concentrando-se no personagem Sancho Pança. São analisados os episódios que vão do capítulo XXX ao LVII da segunda parte da obra. A análise se concentra sobre a parte da narrativa que trata do governo de Sancho Pança na ilha Baratária. A hipótese inicial é que o episódio do governo de Sancho pode ser considerado uma utopia fundada na loucura sua e de seu amo, ponto de partida para o estabelecimento da ilusão utópica dentro da obra. Ilusão porque se trata de uma grande representação, uma burla imposta pelos duques. A representação, porém, tem valor real, pois Sancho e Dom Quixote acreditam na história, e justamente por isso ela escapa ao controle.

Juliana Lopes (mestrado)

“O riso e o lamento de Democritus Junior, um espectador do mundo – Robert Burton, Alegoria e Utopia”: *Democritus to the Reader*, o texto que abre *The Anatomy of Melancholy* (1621) de Robert Burton (1577-1640) é o objeto deste projeto que tem por principal foco o estudo da utopia como gênero literário, além de apresentar uma tradução comentada do mesmo. Sendo uma característica do escritor de utopias do Renascimento calcar-se no Humanismo que foca sua atenção no indivíduo capaz de escrever sua própria história, o utopista é o detentor de um plano que traz soluções, pois a idéia de onipotência da inteligência está imbricada no racionalismo humanístico. O intuito é forjar o mundo a partir da mente que é a portadora da razão. Contudo, a complexidade da utopia de Burton e a dificuldade em encaixá-la neste determinado gênero é um desafio.

Laura Cielavin Machado (mestrado)

“Lettres de Malaisie - uma leitura crítica e um exercício de tradução”: O projeto se propõe a uma pesquisa sobre a vida do autor francês Paul Adam (1862 – 1920) e sua obra *Lettres de Malaisie*, que teve a primeira publicação datada de 1898. Como a obra está ancorada no gênero utópico e também se desloca para seu subgênero: a distopia, a pesquisa não dispensa o estudo de concepções teóricas existentes sobre tais gêneros. Quando feita uma leitura crítica, utopia e distopia que aparentemente divergem, aproximam-se de tal forma, incitando-nos a repensar se a distância máxima entre elas é de apenas um passo, ou se tal distância simplesmente inexistente.

Renata Altenfelder Garcia Gallo (mestrado)

“Estudo do termo “tipologia” e de seus sentidos em *A Teoria do Romance* (1915), de Georg Lukács”. Este ensaio é uma produção de juventude do filósofo húngaro, que então se encontrava em sua transição da influência de Kant para a de Hegel. O ensaio recebe diversas críticas por sua metodologia abstrata e desvinculada das realidades histórico-sociais concretas, porém continua sendo considerado como um clássico dos estudos sobre o romance, tais como Walter Benjamin, em seu ensaio sobre o “Narrador” (1936), e Adorno em “A posição do narrador no romance contemporâneo”. A questão utópica está implícita neste debate, que Lukács concretamente estabeleceu com Ernst Bloch neste período de sua produção intelectual.

Daniela Spinelli (doutorado)

“Modernismo e Utopia no *Marco Zero*, de Oswald de Andrade”. Este projeto tem como objeto primeiro de investigação *Marco Zero*, romance de Oswald de Andrade que contempla os livros *Revolução Melancólica I* e *Chão II*. *Marco Zero* redimensiona as pesquisas formais desenvolvidas por Oswald de Andrade a partir do instante em que as questões sociais e históricas se tornam o tema central da figuração, objetivando construir um *romance mural* que represente as transformações da sociedade brasileira. A forma moderna do romance encontra na sociedade brasileira de feição arcaica um contraponto. Além da obra assinalada, outros livros do escritor serão utilizados para elucidar aspectos daquele que é considerado o objeto principal desta pesquisa, principalmente os textos que compõem o título *A Marcha das Utopias*, publicado no livro *Utopia Antropofágica*.

Profa. Dra. Edwiges Maria Morato (DL/IEL/Unicamp)

Projeto: UTOPIAS E DISTOPIAS NO CAMPO LINGÜÍSTICO: AS CONCEPÇÕES E AS TEORIAS SOBRE AS AFASIAS

Introdução e apresentação do problema teórico

Em seu texto *La Ricerca della Lingua Perfetta* (2001), Umberto Eco aborda as teses, científicas ou não, que a tradição ocidental construiu em torno da idéia de uma linguagem ideal ou universal. Perfilam em suas reflexões vários exemplos, como a "pansemiótica cabalística" (o dialeto dantesco na obra *De vulgari eloquentia*, escrita nos primeiros anos do século XIV), o sonho iluminista de uma língua filosófica ou científica - pura e lógica - que seria diferente das línguas ordinárias (nos termos de Rousseau em *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*), ou ainda o esperanto. Todas essas diferentes utopias lingüísticas pretenderam ultrapassar as "deficiências" das línguas naturais (os neologismos, os lapsos, as ambigüidades, as indeterminações semânticas, as repetições, os anacolutos, as frases incompletas, as hesitações, as digressões, etc.). O inatismo chomskiano, ao preconizar uma competência lingüística natural, racional, inata para todos os homens, não deixa de significar uma nova forma de utopia lingüística – tanto quanto são teorizações utópicas/distópicas, em contextos históricos diferentes, o relativismo lingüístico-cultural de Sapir/Whorf, a Neolíngua de Orwell, na obra "1984", a Gramática de Port-Royal, do início do século XVII, e os neo-gramáticos do século XIX, organizados em torno da tese de uma língua mãe-original, uma língua indo-européia utópica.

Posta a pertinência temática da Lingüística relativamente ao problema da utopia, este projeto é motivado pelo interesse que suscita no campo dos estudos atuais sobre utopia a reflexão sobre a linguagem. Assim, este projeto integra os objetivos da criação dos Centros de Pesquisa no Instituto ao incrementar as relações interdisciplinares previstas na agenda dos estudos sobre utopia, especialmente a partir do século XX. Esta realidade interdisciplinar, que tem se acentuado nos últimos anos, tivemos oportunidade de observar por ocasião do *I Congresso Internacional "Scienza e tecnica nell'utopia e nella distopia"*, em Florença (Itália), em maio de 2007, do qual pudemos participar.

Ao reconhecer que a controvérsia a respeito do sentido da palavra utopia remonta aos tempos que se seguiram à publicação do livro de Thomas Morus (*Cf. Marrone, 2004*), podemos admitir também que as tentativas de qualificar conceitualmente ou de distinguir em termos metodológicos utopia e distopia a partir de distintas temáticas (literárias, sociológicas, tecnológicas, etc.) têm obtido, como efeito produtivo, uma constante movimentação da reflexão sobre o pensamento utópico.

Ao mesmo tempo, o espírito mais tradicional, que preserva a clássica antinomia utopia x distopia, tem derivado outras tantas dicotomias, que se fazem notar ou se prenunciam de forma mais ou menos direta no campo da reflexão sobre a linguagem e processos afeitos a ela (sociais, cognitivos, subjetivos, históricos, etc.). Referimo-nos àqueles binômios que acompanham os ambientes teóricos e os procedimentos analíticos atinentes ao fenômeno lingüístico, dentre os quais podemos evocar: ideal *versus* patologia; real *versus* imaginário; literal *versus* metafórico, lógica apriorística na linguagem *versus* lógica própria da linguagem; língua como *faculdade versus* língua como *práxis*, língua como comunicação *versus* língua como cognição.

Contudo, utopia e distopia de fato são coisas inter-relacionadas, seja em função de um elemento utópico ou distópico que leva à crítica ou à necessidade de elaboração de um novo projeto, seja em função do pensamento político, crítico, que as fundamenta. Ainda que ambas não sejam equivalentes, as distopias, assim como as utopias, podem ser compreendidas como expressão de subjetividades vinculadas às tramas sociais; o anúncio daquilo que (ainda) não é, mas pode ser – ou sua paródia - sempre parece partir de uma leitura ética da realidade. Desta forma, uma e outra – utopia e distopia – de maneira explícita ou implícita, comportam-se como "sintomas" ou fontes inspiradoras de diversas práticas sociais e subjetividades históricas.

Uma das questões de fundo geral que pretendemos abordar no escopo de nosso projeto no Centro de Pesquisa é: se pensarmos na maneira radical com que os fenômenos da práxis lingüística se colocam como verdadeiros entraves para as utopias lingüísticas clássicas e atuais (como as teses em torno do referencialismo e da literalidade, da língua primitiva e universal, dos dialetos perfeitos, das línguas fabricadas para uma comunicação eficaz - como o esperanto -, da tradução automática, dos artefatos computacionais criados para linguagem artificial, *etc.*), poderíamos pensar neles como elementos distópicos, ou já seriam eles, em si mesmos, verdadeiras (anti)utopias? Em que medida essa reflexão dialoga com outra, que afirma que uma língua será sempre uma utopia (Cf. Marrone, 2004)?

De forma mais específica, nosso objetivo, neste projeto, é examinar histórica e semiologicamente o conceito de afasia – desde o período clássico ao período fundador da Afasiologia (final do século XIX e primeira metade do século XX), observando o impacto sobre o campo da Neurolingüística e áreas correlatas, a fim de perscrutar a natureza da formulação utópica/distópica que subjaz às suas atuais explicações. Entre algumas implicações da formulação utópica/distópica está a idéia de afasia como algo excrescente em relação à linguagem tida como normal ou ordinária, bem como a individualização de um *páthos* decorrente de estados mórbidos (e a necessidade normativista, reguladora, de uma clínica da linguagem).

Associada pelos gregos antigos à idéia de infâmia ou idéia “daquilo ou daquele de quem não se fala”, relativa aos estados em que mergulhamos no silêncio, no indizível, na perplexidade ou na falta de correspondência mínima entre intenção e palavra (afasia como *mutismo* e *anomia*), a afasia foi, desde seu ingresso na taxonomia médica do século XIX, adquirindo uma carga semântica voltada para a acentuação de um caráter patológico, enfermo e desviante da linguagem, baseado na falta e no excesso – despojada finalmente de seus sentidos polissêmicos originais. É assim que hoje ela define os distúrbios lingüísticos de origem neurológica (isto é, decorrentes de lesões adquiridas no Sistema Nervoso Central, em áreas potencialmente relacionadas com o processamento da linguagem, falada e escrita), estudada seja no campo das Neurociências, seja no campo da Lingüística.

Herdeira do racionalismo greco-romano, a cultura ocidental não tem deixado de ver a perda ou a alteração da linguagem como um verdadeiro escândalo, capaz de atingir a natureza do homem como ser pensante, racional. O estudo do caráter patológico da linguagem, como bem notou Porter (1993), começou não à toa com as afasias, considerada a menos somática das patologias da linguagem, o que acabou conferindo uma orientação organicista e psicológica à questão do *páthos*. Identificado o *páthos* na/da linguagem como “problema”, como distúrbio, como desvio, como alteração, como extravagância, ele se torna algo a ser diagnosticado, curado, erradicado.

Exemplificação

Apenas como exemplo de como uma investigação conceitual sobre a afasia pode revelar formulações utópicas, tomemos uma de suas características sintomatológicas mais recorrentes, a dificuldade de evocar palavras ou incapacidade de nomear objetos, chamada de “anomia”. Este tipo de alteração afásica remete etimologicamente ao vocábulo latino “*nōmen*”, acrescido de um prefixo “*a*” (que designa negação), significando “sem nome” ou “ausência de nome”. Assim, em Neurolingüística, como herança da tradição nominalista, anomia tem a ver *grosso modo* com impossibilidade no acesso ou alteração no processamento lexical.

Por outro lado, como lembra Rajer (2007) em seu estudo sobre a duplicidade semiológica da anomia, o mesmo termo foi utilizado por Durkheim (1893) “*para descrever um estado social caótico, desordenado, no qual se afrouxa a coerção moral sobre os indivíduos, levando-os ao desregramento e a delinqüência*”. No entanto, lembra-nos, Rajer, “*quando o sociólogo francês se apropria da palavra em questão, ele tem em vista o registro lexical grego do termo, advindo do radical “nomos” (lei moral, costume), no qual a “anomia” significa “sem leis” ou “ausência de leis.*

Portanto, como vemos brevemente aqui, a primeira concepção de anomia tem a forma

de uma “patologia social” descrita por Durkheim nas obras *Da Divisão do Trabalho Social* (1893) e *O Suicídio* (1897); a segunda concepção aponta para uma patologia da linguagem e é objeto da Lingüística, mais especialmente da Neurolingüística. Em ambos os contextos, porém, temos formas anômicas distópicas.

Participação discente no projeto, em sua fase inicial:

Franco Rajer (Graduado em Filosofia – IFCH/Unicamp; Mestrando DL/IEL/UNICAMP)

Bibliografia

- CANGUILHEM, G. (1943/1995). *O normal e o patológico*. Rio: Forense Universitária.
- CHOMSKY, N. (1970). *Le langage et la pensée*. Paris: Payot.
- DURKHEIM, E. (1893). *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo, Martins Fontes, 1869.
- _____ (1897). *O Suicídio: estudos de sociologia*. Lisboa, presença. s/d.
- HÉCAEN, J. Dubois, J. (1972). *Introduction à la Neuropsychologie du Langage*. Paris: Larousse
- MARRONE, C. (2004). *Le lingue utopiche*. Viterbo: Nuovi Equilibri.
- ECO, U. (1994). *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (2001). *A busca da língua perfeita na cultura européia*. Bauru: EDUSC/Editora da Universidade do Sagrado Coração.
- ELING, P. (1984). *Reader in the History of Aphasia*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- FOREST, D. (2005). *Histoire des aphasies*. Paris: PUF.
- FOUCAULT, M. (1971/1977). *O nascimento da clínica*. Rio: Forense Universitária.
- FREUD, S. (1891/1977). *A interpretação das afasias*. Lisboa: Edições 70.
- MORATO, E.M. (2008). Da noção de competência no campo da Lingüística. In: Signorini, Inês (Org). *Situar a língua(gem)*. São Paulo: Parábola.
- PORTER, R. (1993). “Expressando sua enfermidade”: a linguagem da doença na Inglaterra georgiana. *Linguagem, Indivíduo e Sociedade* (orgs. Peter Burke & Roy Porter). São Paulo: Editora da UNESP.
- RAJER, F. (2007). Anomia: valor heurístico e fundamentação teórica. Pesquisa de Iniciação Científica/Fapesp (*orientação: Edwiges Maria Morato*).
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1994). *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*. Editora Ediouro.

Prof. Dra. Cristina Meneguello (História/IFCH/Unicamp)

Mestre e doutora em história pela Unicamp, docente nos cursos de História e de Arquitetura e Urbanismo, e atual chefe do departamento de História da Unicamp. Realizou doutorado-sanduíche na Universidade de Manchester (Reino Unido, 1994-95) estágio de pós-doutoramento na Universidade de Veneza (IUAV), Itália, em 2005, e na Universidade de Coimbra, Portugal, em 2008. Atua nas áreas de Cultura Visual, Preservação do Patrimônio, e História da Arquitetura e do Urbanismo.

O interesse primordial no tema da utopia recai nas conformações físicas, urbanas e espaciais das propostas utópicas, abrangendo tanto o caráter regular e normatizador das propostas que fazem coincidir a organização do espaço à organização social, quanto a atemporalidade histórica que preside as utopias enquanto gênero, inclusa a literatura de cunho social do século XIX.

Disciplinas de graduação:

Sobre o tema Utopias, ministrou na graduação as seguintes disciplinas:

HH785 – Tópicos Especiais em História XXVIII - A Utopia Urbana (1º semestre 2000)

HH 710 – Tópicos Especiais em História X - Utopias Urbanas (primeiro semestre 2003)

HH 708 – Tópicos Especiais em História VIII – A Utopia Urbana e HH 821 – Tópicos Especiais em História da Arquitetura e do Urbanismo I

Disciplinas de especialização:

PRÓ IFEN - Cidadania e História - Módulo *Tecnologia* e História – A utopia homens e máquinas. 2006. (Curso de Extensão ministrado para professores da rede estadual de ensino de São Paulo).

Publicações:

Sobre o tema da utopia, publicou:

1) Cristina MENEGUELLO. “A cidade industrial e seu reverso: as comunidades utópicas da Inglaterra vitoriana”. *História, questões e debates* (Programa de Pós-graduação em História da UFPR e Associação Paranaense de História – APAH), Editora da UFPR, vol. 18, n. 35, 2001.

2) Cristina MENEGUELLO. “O passado nas cidades do futuro”. *Revista Com-Ciência – revista de jornalismo científico*. LABJOR/ Universidade Estadual de Campinas, 2002.

3) Antonio Augusto ARANTES; Marília de ANDRADE; J. F. ARANTES; Cristina MENEGUELLO. *SP 450: Entre Lembranças e Utopias*. São Paulo: Fundação Armando Alvares Penteado, 2004 (Catálogo de Exposição).

4) Cristina MENEGUELLO. *Da Ruína ao edifício*. São Paulo: Annablume, 2008 (em especial o capítulo 3).

Orientações em andamento dentro do tema:

Iniciação Científica

Tainá COLOMBRINI – Zanzará, 1936 – análise de um romance utópico.

Marcela Regina FORMICO– A arena da Ilusão – (bolsista CNPq/PIBIC).

Ademais, assistiu e acompanhou vários eventos sobre o tema, tais como o recente evento Distopias e Utopias, na X Semana Cultural da Universidade de Coimbra, Portugal, 06 e 07 de março de 2008.

Profa. Dra. Ivone Gallo (História-PUC-Campinas)

Ivone Gallo é professora da PUC-Campinas e desenvolve trabalhos em História com base nos temas do messianismo, do milenarismo e do socialismo utópico. Publicou seu mestrado sobre a guerra do Contestado (1912-1916/SC) sob o título de *O Contestado: o sonho do milênio igualitário* (Campinas: editora da Unicamp, 1999), fez doutorado sobre a experiência fourierista em São Francisco do Sul em 1840 com tese intitulada *A Aurora do Socialismo: fourierismo e o falanstério do Saí (1839-1850)* (Campinas: IFCH/Unicamp, 2001). Recentemente dedicou-se à análise de uma ocupação urbana na cidade de Campinas e sobre o assunto desenvolve pesquisa na PUC-Campinas e apresenta em congressos os resultados dessa pesquisa. Ao mesmo tempo continua com os estudos da obra de Charles Fourier, iniciado no doutorado, pesquisa que desenvolve junto ao Centro de Estudos de Utopias (IEL/Unicamp), bem como é o tema de seu pós doutorado sob supervisão do Prof. Dr. Francisco Foot Hardman no Departamento de Teoria Literária do mesmo Instituto. Vinculado a este projeto pretende expandir o seu campo de interesse para a investigação das utopias socialistas do século XIX na América Latina buscando a relação Brasil-Uruguai

Projeto: Utopia em Charles Fourier

Charles Fourier (1772-1837), pensador francês cuja obra inspirou as ações do movimento operário do século XIX na Europa, continua ainda pouco conhecido entre nós, apesar da presença de comunidades de tipo fourierista terem sido implantadas também na América do Sul. No Brasil, foi Benoit Mure, médico homeopata francês, quem tomou a iniciativa de fundação do falanstério do Saí, em Santa Catarina, em 1840. A importância assumida pelos postulados defendidos por Fourier e que causaram impacto na sociedade do período justifica o esforço em trazermos para o debate a obra desse autor.

Sobre Fourier, apenas se considerou uma leitura crítica a partir de Marx e Engels que haviam assumido o conceito de utopia em sentido negativo diante das certezas do materialismo histórico que acreditavam respaldado por uma ciência erguida a partir da realidade objetiva. Assim, tanto Fourier, como outros pensadores sociais que lhe foram contemporâneos, nos chegaram como “os socialistas utópicos”, isto é, metafísicos, teístas ou deístas, que equivocados sobre a natureza da constituição das sociedades e dos meios de resolver os problemas que apresentam, bem pouco poderiam auxiliar na superação dos entraves postos pelo mundo moderno.

Uma importante revisão bibliográfica operada na Europa e nos Estados Unidos a partir dos anos 90, superou o debate clássico que via nos pensadores sociais que precederam a Marx nada além do reflexo de um mundo feudal. As novas interpretações empenharam-se em demonstrar um lado prático do socialismo da primeira metade do século XIX e uma participação efetiva desses pensadores nos movimentos que sacudiram a Europa na década de 1830. Essa discussão foi profícua no sentido de investigação mais profunda do próprio conceito de utopia numa abordagem do socialismo dominante no período, bem como foi eficaz em esclarecer sobre os usos e significado da ciência e da religião neste campo.

O objetivo a que nos propomos é o de analisar, não para o fourierismo, mas para a obra de Charles Fourier, os sentidos de ciência e utopia. Do nosso ponto de vista, Fourier, ao recusar a utopia, na sua valorização negativa, apresenta a teoria societária como realização de uma utopia positiva que encaminharia a humanidade para um destino feliz do qual havia se desviado. As nossas análises inspiram-se nos pressupostos de Ernest Bloch que vê na utopia um vínculo indissociável com o real, por sua vez, sempre transformado pela capacidade que todo ser humano tem e que lhe é distintiva, de sonhar acordado e de fazer das suas esperanças uma experiência concreta. Assim, entendemos que procedeu Fourier quando nos antecipou um futuro de felicidade iniciado já no tempo presente se optássemos por uma sociedade pautada

num sentido fraterno, de liberdade de escolhas em todos os sentidos e de solidariedade e respeito às diferenças de gosto e de inclinações de cada um. Essa harmonia universal encontra neste pensador expressão numa arquitetura compatível com os princípios que norteiam a teoria societária, bem como numa “arquitetura” interior do ser humano que na sua busca de sentidos da vida deve reencontrar em si um novo sentido do ser humano pela negação da vida em civilização.

Orientações em andamento dentro do tema

Mariana Palmero (IC)

A aluna investigará aspectos do fourierismo no Brasil através da análise da utopia de Jules Benoit Mure, fourierista dissidente que veio ao país em 1840 para fundar o Falanstério do Saí. Esta investigação se pautará na obra legada pelo Dr. Mure, na bibliografia que versa sobre o tema, bem como na imprensa do período através da qual o Dr. difundia a sua leitura peculiar de socialismo.

Alex Pedroso (IC)

O aluno analisará, a partir da militância fourierista no Brasil os sentidos da utopia objetivando estabelecer os vínculos entre romantismo e socialismo ou, ao contrário, a impossibilidade de uma tal hipótese no confronto entre um socialismo teórico e um socialismo prático. A pesquisa envolve a análise de fontes primárias, como obras de fourieristas militantes no Brasil, bem como na imprensa da época e documentos oficiais sobre o assunto.

Profa. Dra. Iara Lis Schiavinatto (IA/UNICAMP)

Projeto: Em torno da Utopia

O tema da utopia e sua correlata constelação de conceitos participam dos meus interesses acadêmicos de vários modos:

a) Na minha **pesquisa** sobre as escritas da história no império luso-brasileiro e no império do Brasil, entre 1750-1840, a utopia aparece no projeto do poderoso Império Luso-brasileiro capitaneado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, que refaz uma leitura do V Império proposto por padre Vieira, nas formas de rearticular a figura do rei durante a invasão napoleônica em Portugal e expressar a orfandade do Reino dos súditos porque a Corte foi trasladada para o Rio de Janeiro. Ou seja, nas escritas da história, aparecidas em livros e periódicos em registro letrado, a utopia funciona como um conceito que operacionaliza também a cultura política em uma conjuntura difícil de rupturas políticas. Aqui, convém estudar quais os sentidos que a utopia adquire mas, sobretudo, como este conceito serve para vislumbrar um horizonte político do liberalismo constitucional e arremeter no discurso histórico e político as temporalidades destas monarquias lusa e brasileira.

b) Na **pesquisa documental** centrada nos textos de teor historicizante e propriamente do campo de saber disciplinado da História, a exemplo daqueles feitos no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, interessa matizar as figuras de linguagem desta dimensão utópica, pois este conceito bem serve para mediar as relações entre natureza e história, passado e presente, barbárie e civilização, como se vê em *Frey Apollonio um romance do Brasil*, obra de P. Von Martius feita na década de 1830. Assim, há preocupação em nuançar as figuras da utopia e seus *topos*, os condicionantes desta escrita presentes neste conjunto de obras, pois tais figuras imagéticas e textuais são muito eficazes na comunicação ampliada dos projetos e das vontades políticas em voga. Neste aspecto, indico um particular interesse pelo lugar da *viagem* neste imaginário político dos setecentos e meados dos oitocentos, quanto aos modos de palmilhar o mundo, nomear e compreender, disciplinar e ordenar o outro, na ênfase dada às formas descritivas dos saberes que não abolem a utopia, antes a ela se coadunam, alterando profundamente a operacionalidade da *ekphrasis* do texto. Assim, o tema da utopia aparece com força no amplo rol de textos dedicados à utopia que se coloca como um horizonte histórico palpável e necessário em vários destes textos.

c) Na **prática docente**, ministro uma disciplina eletiva de Estudos Dirigidos para a graduação em Midialogia sobre **Textos Fundamentais de Utopia e Distopia**. Um objetivo comum da disciplina consiste na elaboração de um acervo de imagens relativas aos textos estudados neste semestre. Cabe lembrar que no interior da cultura das mídias o tema da utopia é forte, seja pela abordagem das técnicas e ciências, seja pelo projeto de uma sociedade harmônica na qual a comunicação ocorre de forma completa, inteira e em prol da perfectibilidade humana. No avesso desta situação, a força da distopia se expande tal qual se vê na ficção científica.

d) Nas minhas **publicações** destaco as seguintes, onde o tema da utopia aparece:
Schiavinatto, Iara Lis. Entre a hostilidade e a convivência: A Invenção do Brasil, 2000. In Naxara, Márcia & Marson, Isabel. *As Configurações da Alteridade*. UFU, 2008.
Schiavinatto, Iara Lis. Entre manuscritos e impressos. In *Entre a Monarquia e a República. Imprensa, Pensamento Político e Historiografia, 1822-89*. Ed. UERJ, 2008.
Schiavinatto, Iara Lis. Questões de poder na fundação do Brasil: o governo dos homens e de si. In Malerba. Jurandir. *A Independência Brasileira. Novas Dimensões*. FGV, 2006.
Schiavinatto, Iara Lis. Entre risos e imagens: a humilhação entre a memória e o esquecimento. In Marson, Isabel, Naxara, Márcia. *Sobre a Humilhação. Sentimentos, gestos, palavras*. EDUFU, 2005.

- Schiavinatto, Iara Lis. Imagens do Brasil: entre a natureza e a história. In Jancso, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. Hucitec/Fapesp, 2003.
- Schiavinatto, Iara Lis. Sobre o tipo popular. In Bresciani, Maria Stella, Brepohl, Marion, Seixas, Jacy. *Razão e Paixão na Política*. UnB, 2002.
- Souza, Iara Lis Carvalho. D. João VI no Rio de Janeiro: festas e representações. *Anais do Museu Histórico Nacional. Seminário Internacional D. João VI: um rei aclamado na América*. 2000. Reeditado em 2008.

Meus interesses aqui, portanto, residem em poder estudar com aplicação um tema que por vezes aparece de modo lateral na minha pesquisa. No entanto, ele articula questões e argumentações centrais para se vislumbrar as relações entre escritas da história e cultura política no mundo luso-brasileiro entre 1750-1840, e principalmente relaciona temporalidades diversas, e isto em especial me interessa na escrita da história.

Orientações em andamento dentro do tema

Érika Zerwes (mestrado) enfrenta o tema da utopia em um conjunto de fotografias realizadas por Rodchenko entre 1924-35.

Juliano Reginatto (mestrado) discute as dimensões utópicas indicadas na produção fotográfica em Porto Alegre quando da comemoração do centenário da Revolução Farroupilha.

Eduardo Costa (mestrado) encontra a presença da utopia como horizonte do arquiteto na elaboração do Brazil Buildings, um ensaio fotográfico, sobre o patrimônio colonial brasileiro em Minas Gerais e que serviu – e ainda serve – de baliza e “retrato” do passado colonial que merece ser lembrado.

Shirly Ferreira de Souza (mestrado) discute as relações entre memória e esquecimento na trajetória do documentário *O país de São Saruê*, no qual o tema da utopia é chave.

Profa. Dra. Ildney de Fátima Souza Cavalcanti (Letras/UFAL)

Realizou seu doutorado em English Studies pela University of Strathclyde, Glasgow (1999). Tem se dedicado ao estudo dos seguintes temas: estudos de gênero e crítica feminista, estudos culturais, estudos da utopia e literatura inglesa. Seu interesse nos estudos da utopia surgiu na década de oitenta, com a pesquisa sobre a autora norte-americana Marge Piercy, que resultou na dissertação de mestrado intitulada *Marge Piercy's Female Protagonists: beyond the stereotype of passivity?*, que analisa, entre outros romances, a utopia crítica feminista *Woman on the edge of time* (1976), obra que se tornou um clássico para a área do utopismo feminista do século XX em língua inglesa. Com a pesquisa de doutoramento intitulada *Articulating the elsewhere: utopia in contemporary feminist dystopias*, empreendida de 1995 a 1999, teorizou sobre o gênero literário das distopias críticas feministas de autoria feminina em inglês, mapeando a produção entre 1967 e 1998 e analisando narrativas de Marge Piercy, Suzy McKee Charnas, Lisa Tuttle, Suzette Haden Elgin, Margaret Atwood e Margaret Elphinstone. Dando continuidade às pesquisas na convergência entre os utopismos literários, os Estudos de Gênero e os Estudos Culturais, tem atuado no PPGLL/Fale/Ufal. Na área dos utopismos literários, suas publicações incluem artigos, capítulos de livros, resenhas, traduções e a organização de duas coletâneas.

Criou e coordena o **Grupo de Pesquisa Literatura e Utopia**, que é estruturado a partir de cinco linhas (utopia, literatura e estudos de gênero; utopia e poesia; utopias da/na América Latina; utopismos literários em língua portuguesa; utopia, discurso metateórico e metacrítico). As pesquisas do grupo têm como objetivo central unindo os vários projetos, já concluídos ou em andamento, estudar várias tradições, mo(vi)mentos, gêneros e/ou textos literários sob a perspectiva dos Estudos Culturais, observando as utopias e distopias da cultura e as interrelações entre cultura, literatura e utopia. Busca-se, assim, compreender os pontos de ligação entre os textos culturais e literários e a consciência utópica.

Produziu em conjunto duas seleções:

- CAVALCANTI, Ildney ed. *Literatura e Utopia*, edição especial de *Leitura – Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística* 32, jul-dez 2003;
- CORDIVIOLA, Alfredo; SANTOS, Derivaldo; CAVALCANTI, Ildney orgs. *Fábulas da Iminência: ensaios sobre literatura e utopia* (Recife: UFPE, 2006).

Os projetos atualmente liderados pela profa. Ildney Cavalcanti são:

- 1) *O utopismo literário de autoria feminina em língua inglesa: diálogos férteis com a crítica feminista, a antropologia e a biologia evolutiva*, financiado pelo CNPq, em colaboração com a Profa. Lucia De La Rocque (IOC, FIOCRUZ; UERJ);
- 2) *Latin American Utopian Studies: an anthology*, em colaboração com o Prof. Alfredo Cordiviola (UFPE).

Projeto: O UTOPISMO LITERÁRIO DE AUTORIA FEMININA EM LÍNGUA INGLESA: DIÁLOGOS FÉRTEIS COM A CRÍTICA FEMINISTA, A ANTROPOLOGIA E A BIOLOGIA EVOLUTIVA

1 - Caracterização do Problema

A percepção das escritoras feministas de ficção científica, especialmente do gênero utópico/distópico (como Margaret Atwood, Octavia Butler, Marge Piercy e Joanna Russ, por exemplo), do amálgama entre os campos ocupados pelas questões de gênero e de ciência, as leva a denunciar como uma forma de ciência, alavancada pelo patriarcado, manipula o corpo da mulher, principalmente no que tange a questões que, por força de ditames biológicos, estão restritas ao mesmo. Esse tipo de leitura, então, instiga debates dos mais fundamentais para o feminismo, cobrindo desde a discussão em torno de formas alternativas de reprodução humana, envolvendo maior ou menor teor decisório das mulheres sobre seu próprio corpo, até questionamentos sobre a idéia do ciborgue, altamente polêmica e trazida para o cerne dos estudos feministas com os estudos pioneiros de Donna Haraway (1991), com impacto inicial nos anos 80 e ainda ecoando de forma importante.

Apesar de a antiga e confortável fronteira entre “o natural” e “o artificial” vir sendo progressivamente elidida, ainda há pontos que envolvem o comportamento humano sobre os quais as ciências de cunho evolutivo não abandonaram de todo a sua crença no determinismo biológico, defendendo ainda que pelo menos parte desse comportamento deva ser atribuído a instruções metabólicas comandadas pela carga genética que herdamos de nossos ancestrais (Dawkins, 1976). Esse determinismo pode servir a propósitos no mínimo escusos com a naturalização de arranjos familiares e sociais que sejam extremamente opressivos para as mulheres (Ridley, 1993). Já as ciências humanas, principalmente a antropologia, insistem no ponto de que o ser humano se distingue dos outros animais por estar sempre ligado à cultura, que de certa forma o/a produziu e é por ele/ela produzida, e por isso seria extremamente complicado separar o “natural” do “cultural” (Franklin & MacKinnon, 2001).

As obras de cunho utópico/distópico de autoria feminina lidam de forma magistral com essas explicações, aparentemente opostas, advindas das ciências biológicas e das sociais, para o comportamento humano, em questões que envolvem o papel dos gêneros, como a maternidade, a maternação, a divisão das tarefas domésticas e de vários outros tipos de atividades. Nossos respectivos interesses e focos de trabalho (vimos trabalhando há algum tempo com crítica feminista, questões de gênero e ciência em utopias e distopias de autoria feminina, além de possuímos formação acadêmica em letras, ciências biológicas e estarmos realizando um pós-doutorado em antropologia) nos conduziram, então, a propor este projeto, que objetiva, a partir da observação e análise de imagens e representações encontradas nesse tipo de literatura feminista produzida a partir de meados do século XX, perscrutar o famoso e acirrado debate travado entre as ciências biológicas, especialmente a biologia evolutiva, e as sociais, principalmente a antropologia, a respeito da importância relativa da natureza e da cultura na composição dessas complexas questões. Busca-se também refletir sobre essas ficções enquanto espaços privilegiados de divulgação de teorias críticas da cultura, salientando principalmente as questões envolvendo gênero e ciência. Temos observado, em nossas pesquisas anteriores, que idéias e conceitos cruciais para os debates feministas das últimas décadas, como a construção de uma espacialidade alternativa, um *elsewhere*, da cultura (de Lauretis 1989), de uma subjetividade ciborgue (Haraway 1991), ou a crítica à construção cultural do corpo feminino (Grosz 1994), por exemplo, convergem com representações ficcionais presentes nos gêneros da utopia, distopia e ficção científica. Já no tocante aos diálogos com o discurso científico, verificamos que o campo minado do choque das posições das ciências evolutivas (Dawkins, 1976; Carroll, 1995) contra as defendidas pela antropologia (Fonseca, 2002; Strathern, 1992), para as explicações relativas aos comportamentos e sentimentos humanos, desvenda-se na admirável complexidade de sua tessitura nas narrativas desses gêneros literários. Esta pesquisa pretende aprofundar e ampliar

essa discussão das convergências entre as ficções, a crítica feminista e o discurso da biologia evolutiva e o da antropologia, trazendo as análises para o debate mais contemporâneo.

O caráter inovador do presente projeto, a nosso ver, reside principalmente no fato de que introduz outros olhares sobre o gênero utópico/distópico, que tem sido geralmente abordado sob pontos de vista que tendem ou ao campo crítico estritamente literário (Falk Jones & Goodwin, 1990; Mohr, 2005), ou caem nos estudos culturais (Moylan, 2000 ; Baccolini & Moylan, 2003). Acreditamos então, que nosso projeto, através de sua proposta de ação, possa permitir uma visão interdisciplinar de pesquisa que busque reforçar uma visão cada menos compartimentalizada do conhecimento, e que nos parece um dos mais difíceis e necessários desafios a serem alcançados, no mundo globalizado e ao mesmo tempo cambiante em que habitamos.

2 - Objetivos

- 1) Mapear parte da produção de utopias e distopias de autoria feminina em língua inglesa produzidas a partir de meados do século XX que lida com a relação entre questões de gênero e suas imbricações com (e implicações para) o debate sobre a importância relativa do papel da natureza e da cultura nos aspectos do comportamento das sociedades humanas revelados através dessas obras, que cremos dever ser também estudadas em seu papel de divulgação de teorias feministas e científicas, cobrindo tanto o campo das humanas como o das ciências *hard*. Mapear também a produção de material crítico já produzido sobre essas obras.
- 2) Observar os diálogos entre estas obras literárias e as teorias relacionadas a questões de gênero que envolvam discussões sobre a ciência e a cultura, buscando salientar o papel de divulgação do conhecimento promovido através desse tipo de ficção.
- 3) Analisar aspectos fundamentais da produção literária dessas obras, dando-se particular ênfase aos panoramas sócio-culturais da época em que estão inseridas, panoramas esses que englobarão necessariamente os parâmetros da etnia e da classe social.
- 4) Abordar as questões de gênero, etnia e classe social intimamente ligadas à construção do texto literário de forma multidisciplinar. Os postulados da crítica feminista e dos estudos teóricos sobre o campo literário utópico/distópico, e sobre o gênero relacionado da ficção científica, serão fundamentais para nortear esta pesquisa, assim como os das ciências sociais, principalmente da antropologia, e da biologia (em particular da biologia evolutiva).
- 5) Colaborar, através do mapeamento dessas obras literárias e da produção de material crítico sobre elas, para um maior conhecimento das mesmas, inserindo-as no ensino nos programas de graduação e pós-graduação em que atuamos, assim como em outros fóruns pertinentes.

Bibliografia

- BACCOLINI, Raffaella; MOYLAN, Tom. (eds.) *Dark Horizons: Science fiction and the dystopian imagination*. New York and London: Routledge, 2003.
- BARR, Marleen . *Lost in space: probing feminist science fiction and beyond*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1993.
- BOOKER, M. Keith. *Dystopian Literature: A theory and research guide*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1994.
- BROOKS, Ann. *Postfeminisms: Feminism, cultural theory and cultural forms*. London and New York: Routledge, 1997.
- CARROL, Joseph “Evolution and Literary Theory”. *Human Nature*, 6, 1995, 119-134.
- DAWKINS, Richard. *The Selfish Gene*. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- FALK JONES, Libby; GOODWIN, Sarah W. (eds.) *Feminism, Utopia, and Narrative*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1990.
- FRANKLIN, Sarah & Mc KINNON, Susan (eds.) *Relative Values: Reconfiguring Kinship Studies*. Durham: Duke U. P., 2001.

- GROSZ, Elizabeth. *Volatile Bodies: Toward a corporeal feminism*. Bloomington and Indianapolis: Indiana U.P., 1994.
- HARAWAY, Donna. *Simians Cyborgs and Women: The reinvention of nature* London: Free Association Press and New York: Routledge, 1991.
- JAMESON, Fredric. *Archaeologies of the Future: The desire called utopia and other science fictions*. London and New York: Verso, 2005.
- De LAURETIS, Teresa. *Technologies of Gender: Essays on theory, film and fiction*. London: MacMillan, 1989.
- MOHR, Dunja. *Worlds Apart? Dualism and transgression in contemporary female dystopias*. Jefferson, North Carolina, and London: McFarland & Co., 2005.
- MOYLAN, Tom. *Scraps of the Untainted Sky: Science fiction, utopia, dystopia*. Boulder: Westview, 2000.
- RIDLEY, Matt. *The Red Queen: Sex and evolution of the human nature*. Harmondsworth, Middlesex, England: Penguin Books, 1993.
- SARGISSON, Lucy. *Contemporary Feminist Utopianism*. London and New York: Routledge, 2006.
- SNOW, C.P. *The Two Cultures* (1959). Cambridge: Cambridge University Press, 1998

Orientações em andamento

- Nayara Macena Gomes (IC)** - Representações dos corpos espacializados em *Body of Glass*, de Marge Piercy.
- Amanda Priscila Santos Prado (IC)** - Representações da maternidade no utopismo literário de autoria feminina em língua inglesa.
- Gabriella Patrícia dos Santos Lins (IC)** - O utopismo literário de autoria feminina em língua inglesa: organização de publicação.
- Hermes Augusto Mazotti da Fonseca Mata (IC)** - O utopismo literário de autoria feminina em língua inglesa: montagem de bibliografias.
- Jackelline Virgínia O. Lima (IC)** - Dimensões utópicas em "Vilarejo", de Marisa Monte, e "Babylon", de Zeca Baleiro.
- Fernanda Gomes da Silva (IC)** - Leitura de *Aipotü*, o viajante da utopia.
- Cleusa Salvina Ramos Maurício Barbosa (Doutorado)** - A cultural-utopian reading of two novels by Bharati Mukherjee - *Desirable daughters* and *The tree bride*.
- Mara Carolina de Lima Galvão (IC)** - "*Um pouco de cada pedaço*": configurações utópicas entre caranguejos e sururus.
- Simone Cavalcante de Almeida (Mestrado)** - Cartografias de um lugar imaginário: uma travessia pelo romance *Calunga*, de Jorge de Lima.
- Márcia Felix da Silva Cortez (Doutorado)** - Canções nordestinas de rap: transculturação, performance e utopia.

Prof. Dr. Emerson Tin (FACAMP)

Projeto: UTOPIA E IMITAÇÃO: OBRAS EPISTOLARES ESCRITAS À EMULAÇÃO DAS *CARTAS PERSAS*, DE MONTESQUIEU

A colonização francesa na América foi tardia, implantando-se efetivamente apenas no século XVII. Mas em nada diferia do espírito colonizador do europeu, que via nas imensas massas humanas que ocupavam o novo continente uma oportunidade para ampliar a religião e a civilização européias. “Civilizar e converter”⁹ poderia ser o lema desses colonizadores. Aliás, não é diferente o discurso de Samuel de Champlain, no início do XVII, em suas *Viagens da Nova França ocidental, dita Canadá*, de 1632:

Na nova França há número infinito de povos selvagens, uns são sedentários amantes do trabalho, que têm cidades e vilas fechadas de paliçadas, outros errantes que vivem da caça e da pesca de peixe, e não têm nenhum conhecimento de Deus. Mas há esperança que os Religiosos que foram trazidos para cá e que começam a se estabelecer aqui, fazendo Seminários, poderão em poucos anos fazer belos progressos pela conversão desses povos. É o principal cuidado de sua Majestade, a qual levando os olhos ao céu, logo que os levar à terra, manterá, se lhe aprouver, esses empreendedores, que se obrigam de fazer passar aí Eclesiásticos, para trabalhar nesta santa missão, e que se propõem de aí se estabelecer uma Colônia, como sendo o só e único meio de fazer reconhecer aí o nome do verdadeiro Deus, e de aí estabelecer a Religião Cristã, obrigando os Franceses que para aí passarão, a trabalhar no labor da terra, tendo todas as coisas, a fim de que eles tenham sobre os lugares o fundamento da alimentação, sem estar obrigados de fazê-lo trazer da França; e sendo assim, o país fornecerá com abundância, tudo o que a vida pode desejar, seja para a necessidade, ou para o prazer¹⁰.

O século seguinte, talvez menos submetido pela religião, revisaria essa ideologia, e surgiriam críticas ao modelo de sociedade que a Europa pretendia impor ao resto do mundo.

Um dos exemplos, talvez o mais famoso, desse tipo de crítica são as *Cartas persas* (1721), do Barão de Montesquieu (1689-1755), em que dois persas, Usbek e Rica, viajam à França do fim do reinado de Luís XIV e dos primeiros anos da Regência (precisamente, entre os anos de 1711 e 1720) e, atônitos com o que vêem, escrevem cartas a seus compatriotas, assim como um ao outro. A fórmula fez sucesso. André Lefèvre alude, em seu prefácio à edição de 1873 das *Lettres persanes*, às numerosas imitações do livro, das quais apenas “se conservou a lembrança das *Lettres turques* de Saint-Foix, freqüentemente reunidas ao livro de Montesquieu sem ser em relação a ele absolutamente indignas (1744-1754), das *Lettres juives* (1754), das *Lettres chinoises*, do Marquês d’Argens, enfim das *Lettres d’Amabed*, por Voltaire.”¹¹

Entre os livros cuja lembrança não se conservou encontram-se, por exemplo, as *Lettres iroquoises* (1752), de Jean-Henri Maubert de Gouvest (1721-1767). Consideradas uma “má cópia” das ilustres *Cartas persas*, julgadas e condenadas ao olvido pela inclemência do cânone, essas curiosas cartas – e o aventureiro autor delas – desaparecem dos registros da história literária. Sobre elas – e seu autor – não se encontra uma linha sequer, seja nas histórias literárias, seja nas enciclopédias.¹²

O objetivo desse projeto é resgatar essas “más cópias” das *Cartas persas*, procurando analisá-

⁹ Expressão utilizada na página “La France en Amérique / France in America”, criada pela Bibliothèque Nationale de France. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/FranceAmerique/fr/default.htm> Acesso em 18 ago. 2008.

¹⁰ CHAMPLAIN, Samuel de. *Les voyages de la Nouvelle-France occidentale, dite Canada, faits par le Sr. de Champlain...* Paris : C. Collet, 1632, p.4.

¹¹ MONTESQUIEU. *Lettres persanes*. Avec préf., notes et variantes, index philosophique, historique, littéraire par André Lefèvre. Paris: A. Lemerre, 1873, t.1, p.10.

¹² O único registro biográfico encontrado foi um verbete no *Grand dictionnaire universel du XIXe siècle* (Paris: Administration du grand Dictionnaire universel, t.10, L-MEMN, 1873, p.1351-2), de Pierre Larousse, mas nenhuma alusão às *Lettres iroquoises*. Cf. a respeito TIN, Emerson. *As Cartas Iroquesas* de Jean-Henri Maubert de Gouvest (1752). *Morus – Utopia e Renascimento*, v.3, p.291-317, 2006.

las sob o ponto de vista do gênero utópico. São utopias? Em que medida se assemelham às *Lettres persanes*? Em que proporção delas se distanciam?

Como resultado secundário da pesquisa, pretende-se analisar também outras obras do período escritas parcial ou totalmente em forma epistolar e que tenham um viés utópico (como exemplo, o *Entretien d'un Européen avec un insulaire du royaume de Dumocala*, do rei Estanislau Leszczyński, da Polônia, que é seguido de uma *Réponse à la lettre d'un ami*). Pretende-se, além disso, apresentar ao público traduções parciais ou integrais dessas obras, bem como artigos que lhes analise a importância e a relação com outras obras do período.

Bibliografia preliminar

ARGENS, Jean-Baptiste de Boyer, marquis d'. *Lettres chinoises, ou correspondance philosophique, historique et critique, entre un Chinois Voyageur & ses Correspondans à la Chine, en Moscovie, en Perse & au Japon*. La Haye : P. Paupie, 1739-1740, 5 t.

_____. *Lettres d'un sauvage depaysé*. Amsterdam : Chez Jean-François Jolly, 1738.

_____. *Lettres Juives ou correspondance philosophique, historique, et critique, entre un Juif Voyageur à & ses Correspondans en divers Entroits*. Amsterdam: Chez Paul Gautier, 1736-1737, 6 t.

LESZCZYŃSKI, Stanislaw ou Stanislas 1er, roi de Pologne. *Entretien d'un Européen avec un insulaire du royaume de Dumocala. Réponse à la lettre d'un ami*. 1752.

MAUBERT DE GOUVEST, Jean-Henri. *Lettres iroquoises*. Irocoopolis: chez les Vénérables, 2v., 1752.

_____. *Lettres chérakésiennes*. Mises en françois de la traduction italienne. Par J. J. Rufus, Sauvage Européen. Roma: Imprimerie du Sacré Collège de la Propagande, 1769.

MONTESQUIEU. *Lettres persanes*. Avec préf., notes et variantes, index philosophique, historique, littéraire par André Lefèvre. Paris: A. Lemerre, 1873, 2t.

MURALT, Bêat Louis de. *Lettres sur les Anglois et les Français (1725)*. Publiées avec une notice sur l'auteur par Eugène Ritter. Berne: Steiger & Cie., Paris: Librairie Le Soudier, 1897.

VOLTAIRE. *Lettres chinoises, indiennes et tartares à Monsieur Paw, par un benedictin, avec plusieurs autres pièces interessantes*. Londres, 1776.

_____. *Lettres d'Amabed traduites par l'abbé Tampones*. In: _____. Oeuvres de Voltaire: Romans. Avec préfaces, avertissements, notes, etc. par M. Beuchot. Paris : Werdet et Lequien fils, 1829, t. 34, p.199-268.

_____. *Lettres écrites de Londres sur les Anglois, et autres sujets, par M. D. V****. Basle, 1734.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- AA. VV., *L'Utopia*, Edizioni G.B.M., Messina 1984.
- AA.VV. *De l'Utopie à l'Uchronie. Formes, Significations, Fonctions*, «Actes du colloque d'Erlangen», 16-18 octobre 1986, édités par H. Hudde et P. Kuon, Gunter Narr Verlag, Tübingen 1988.
- AA.VV. *Francesco Patrizi filosofo platonico nel crepuscolo del Rinascimento*. A cura di P.Castelli, 2002.
- AA.VV. *La fortuna dell'utopia di Thomas More nel dibattito politico europeo del '500*. Atti della II giornata Luigi Firpo. 1996.
- BALDINI, M. *Introduzione a Il pensiero utopico*, Città Nuova, Roma 1974.
- BARON, H. *En Busca del Humanismo Civico Fiorentino: ensayos sobre el cambio del pensamiento medieval al moderno*. Mexico D. F.: Fondo de Cult. Economica, 1993.
- BATKHIN, L. M. - *L'Idea di Indivitalità nel Rinascimento Italiano*. Roma: Editori Laterza, 1992.
- BOF, Giampiero. "Escatologia e Utopia." In: COLOMBO, Arrigo (org.). *Utopia e Distopia*. Bari: Edizioni Dedalo, 1993.
- BURCKHARDT, J. *A Cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- BURKE, P. et all *O Homem Renascentista* (dir. de Eugenio GARIN). Lisboa: Presença, 1991.
- CAMBI, Maurizio. "Storia e Utopia nel Primo Seicento Francese." In: FORTUNATI, Vita (org.). *Vite di Utopia*. Ravenna: Longo Editore, 1997.
- CANTIMORI, Delio. *Utopisti e riformatori italiani (1794-1847)*. Firenze, 1943.
- CAPONE, Glauco. "Sul Rapporto tra Utopia ed Escatologia." In: COLOMBO, Arrigo (org.). *Utopia e Distopia*. Bari: Edizioni Dedalo, 1993.
- CASAMASSIMA, Pino. *La società e l'utopia*. Donzelli, 2001.
- CASSIRER, E. *Individuo e Cosmo nella Filosofia del Rinascimento*. Firenze: La Nuova Italia Editrice, 1977.
- CHIODI, G. M. *Utopia: il luogo ectopico del pensiero e del potere*, in AA. VV., *L'Utopia*, Edizioni G.B.M., Messina 1984.
- COLOMBO, Arrigo (org.). *Utopia e Distopia*. Bari: Dedalo, 1993.
- CONSARELLI, B. - *Gabriel de Foigny ovvero la perfetta 'disumanità' del saggio stoico*, in ID., *'Libero pensiero' e utopia nel 'Grand Siècle'*, Editrice Flaminia, Pesaro 1990.
- CONSARELLI, B. *Attraverso l'utopia francese del «Grand Siècle»*, in «Micromégas», XLIII, 1988.
- CORSANO, A. "L'ideale estetico-morale del Castiglione". In: *Studi sul Rinascimento*. Bari: Adriatica Editrice, 1949.
- CURCIO, Carlo. *Utopisti e Riformatori Sociali del Cinquecento*. Bologna: S.A. Poligrafici Il Resto del Carlino, 1941.
- DELUMEAU, J. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1984.
- ELIAS, N. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 1995.
- FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. São Paulo: Scritta, 1995.
- FERRARI, Giuseppe. *Scrittori politici italiani*. Milano, 1929.
- FERRARIS, Angiola. *Ludovico di Breme. Le avventure dell'utopia*. 1981.
- FIRPO, Luigi (org.). *Studi sull'Utopia*. Firenze: Leo S. Olschki. 1977.
- FIRPO, Luigi. *L'utopismo*, in AA. VV., *Storia delle idee politiche economiche sociali*, Utet, Torino 1987.
- FIRPO, Luigi. *Appunti sul carattere dell'utopismo*, in Matteucci (ed.), *L'utopia e le sue forme*, Bologna, 1982.
- FOIGNY, G. de. *La terra australe (1676)*, ed. a cura di M.T. Bovetti Pichetto, Guida, Napoli 1978.
- FORTUNATI, Vita (org.). *Vite di Utopia*. Ravenna: Longo Editore, 1997.
- FORTUNATI, Vita and TROUSSON, Raymond, eds., *Dictionary of Literary Utopias*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2000.
- GARIN, Eugenio. *La Cultura Filosofica del Rinascimento Italiano: Ricerche e Documenti*, Milano, Bompiani, 1994.

- GARIN, Eugenio *Rinascite e Rivoluzioni: Movimenti Culturali dal XIV al XVIII secolo*, Roma-Bari, Laterza/Mondadori, 1992.
- GARIN, Eugenio (org.) *O Homem Renascentista*, Lisboa, Presença, 1991.
- GARIN, Eugenio. *Idade Média e Renascimento*, Lisboa, Estampa, 1989.
- GARIN, Eugenio. *L'Umanesimo Italiano. Filosofia e vita civile nel Rinascimento*. Bari: Universale Laterza, 1975.
- GHIBAUDI, Silvia Rota. *Giuseppe Ferrari. L'evoluzione del suo pensiero (1838-1860)*. 1969.
- NEGLEY, Glenn. *Utopian Literature: A Bibliography with a Supplementary Listing of Works Influential in Utopian Thought*. Lawrence: Regents Press of Kansas, 1978.
- GUICCIARDI, J.P. *Hermaphrodite et le prolétaire*, in «Revue XVIIe siècle», II, 1980.
- HELLER, A. *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Presença, 1982.
- HUDEDE, Henrich. *Genere Letterario e Spirito dell'Utopia*. In: COLOMBO, Arrigo (org.). *Utopia e Distopia*. Bari: Edizioni Dedalo, 1993.
- HUIZINGA, Johan. *O Declínio da Idade Média*, Braga, Ulisseia, 1996.
- IMBROSCIO, Carmelina. "Dalla Realtà alla Finzione Utopica: Modalità Transizionali." In: FORTUNATI, Vita (org.). *Vite di Utopia*. Ravenna: Longo Editore, 1997.
- DAVIS, J. C. "The history of utopia: the chronology of nowhere". In: *Utopias*, ed. by Peter Alexander and Roger Gill, Colston Papers 35. London: Duckworth, 1984.
- GRAHAM, J. K. "History of utopia and the utopianism of history". In: *History of European Ideas*, 6 (1985), 189-99
- JAEGGER, Werner. *Paidéia*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- KLEIN, Robert. *A Forma e o Inteligível*. São Paulo: Edusp, 1998.
- KRISTELLER, Paul. *Tradição Clássica e Pensamento do Renascimento*. Lisboa, Edições 70, 1995.
- KUON, Peter. *Le primat du lettréaire. Utopie et méthodologie*. In: MINERVA, Nadia (org.). *Per Una Definizione dell'Utopia. Metodologie e Discipline a Confronto*. Ravenna: Longo, 1992.
- LANZA, D. e LONGO, O. *Il meraviglioso e il verosimile tra antichità e Medioevo*. 1989.
- LEIBACHER OUVREARD, L.H. . *L'un et le double: hermaphrodisme et idéologie dans «La Terre Australe connue» (1676) de Gabriel de Foigny*, in «French Forum», IX, 1984.
- LESTRINGANT, Frank. *La "Chasse de Poissons": un emblème de l'humaine condition dans l'histoire naturelle à la Renaissance*.
- LUCAS-DUBRETON, J. *A vida quotidiana em Florença no tempo dos Médicis*. Lisboa, Livros do Brasil, s.d.
- LUZI, M. - "Un'illusione platonica", in *Un'illusione platonica e altri saggi*. Firenze, Edizioni di Rivoluzione, 1941; e nuova edizione *con un'appendice di nuovi saggi*, Bologna, Boni, 1972.
- SARGENT, Lyman Tower. *British and American Utopian Literature, 1516-1985: An annotated, chronological bibliography*. New York: Garland, 1988.
- MACHIAVELLI, N. - *Il Principe e altre opere politiche*, Milano, Garzanti, 1981.
- MAFFEY, A. *Tipologia dell'utopia*, in N. MATTEUCCI (a cura di), *L'utopia e le sue forme*, Il Mulino, Bologna, 1982.
- MAFFEY, A. *L'utopia della ragione*, presentazione di Luigi Firpo, Serie Studi / Istituto italiano per gli studi filosofici 9. Napoli: Bibliopolis, 1987.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MANGUEL, A. and GUADALUPI, G. *The Dictionary of Imaginary Places*. London: Granada, 1981.
- MARRONE, Caterina. "L'Autore e il suo Doppio: Identità Onomasiologica dell'Utopia." In: FORTUNATI, Vita (org.). *Vite di Utopia*. Ravenna: Longo Editore, 1997.
- MASTELLONE, Salvo. *Venalità e macchiavellismo in Francia (1572-1610)*. 1972.

- MICHELUCCI, Stefania. "A Man Who Loved Islands. D.H. Lawrence and the Paradox of Rananim." In: FORTUNATI, Vita (org.). *Vite di Utopia*. Ravenna: Longo Editore, 1997.
- MINERVA, Nadia. "L'individu et le pouvoir dans l'utopie française de la fin du XVIIe. Siècle et la première moitié du XVIIIe." In: SPINOZZI, Paola (ed.). *Utopianism/Literary Utopias and National Cultural Identities: A Comparative Perspective*. Bologna: Cotepra, 2001.
- MONDOLFO, Rodolfo. *Figuras e Idéias da Filosofia da Renascença*. São Paulo: Mestre Jou, 1967.
- MONETI, Maria. "Sul Rapporto Utopia-Distopia." In: COLOMBO, Arrigo (org.). *Utopia e Distopia*. Bari: Edizioni Dedalo, 1993.
- MONETI, Maria. *Critica della ragione utopica: l'idea di felicità e i suoi paradossi*. In: MINERVA, Nadia (org.). *Per Una Definizione dell'Utopia. Metodologie e Discipline a Confronto*. Ravenna: Longo, 1992.
- MONETI, Maria. *Foigny: il primato della morte*, in ID., *Il paese che non c'è e i suoi abitanti*, La Nuova Italia, Firenze 1992.
- MONETI, Maria. *Utopia*. Firenze: La Nuova Italia, 1997.
- MORUS, Thomas. *A Utopia*. Trad. Luís de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.
- NUZZO, Enrico. "Vite e Luoghi dell'Anima e della Città Ideale in Platone." In: FORTUNATI, Vita (org.). *Vite di Utopia*. Ravenna: Longo Editore, 1997.
- HASCHAK, Paul G. *Utopian/Dystopian Literature: A bibliography of literary criticism*. Metuchen, NJ: Scarecrow Press, 1994.
- PERISSINOTTO, Cristina. *Thomas More e l'utopia italiana del Rinascimento*. Università Urbana, Illinois.
- PETRUCCI, Valentino. *Dal "buon selvaggio" alla "guerra etnologica": razze e razzismo in utopia*. In: MINERVA, Nadia (org.). *Per Una Definizione dell'Utopia. Metodologie e Discipline a Confronto*. Ravenna: Longo, 1992.
- PETRUCCIANI, A. *La finzione e la persuasione. L'utopia come genere letterario*, Bulzoni, Roma 1983.
- Pierre Versins, *Encyclopédie de l'utopie des voyages extraordinaires et de la science fiction* (Lausanne: L'Age d'homme, 1972)
- PISSAVINO, Paolo. *Lodovico Zuccolo tra dottrina della conservazione e utopia*. In: FORTUNATI, Vita (org.). *Vite di Utopia*. Ravenna: Longo Editore, 1997.
- POLLINI, Vittorio. *La ricerca di Utopia nel Nuovo Mondo (tra utopia e frontiera)*. In: MINERVA, Nadia (org.). *Per Una Definizione dell'Utopia. Metodologie e Discipline a Confronto*. Ravenna: Longo, 1992.
- PONTE, Giovanni. *Nobiltà ideale e nobiltà storica nei dialoghi De Nobilitate di Poggio e di Leonardo di Chio*. Università di Genova.
- POTTER, Liz. "Greek History and Utopianism: Utopian Elementes in Victorian Commentary on Greek Antiquity." In: SPINOZZI, Paola (ed.). *Utopianism/Literary Utopias and National Cultural Identities: A Comparative Perspective*. Bologna: Cotepra, 2001.
- PUNZO, Luigi. "Messaggio versus Personaggio." In: FORTUNATI, Vita (org.). *Vite di Utopia*. Ravenna: Longo Editore, 1997.
- QUARTA, Cosimo. *L'Utopia di Thomas More: L'Aggancio alla Storia*. In: FORTUNATI, Vita (org.). *Vite di Utopia*. Ravenna: Longo Editore, 1997.
- QUARTA, Cosimo. *L'utopia platonica. Il projeto político di um grande filosofo*. Milano, 1985.
- QUARTA, Cosimo. "Paradigma, Ideale, Utopia: tre Concetti a Confronto". In: COLOMBO, Arrigo (org.). *Utopia e Distopia*. Bari: Edizioni Dedalo, 1993.
- TRAHAIR, R. C. S. *Utopias and Utopians: An Historical Dictionary*. London: Fitzroy Dearborn, 1999.
- RACAULT, J.M. *Place et fonction des «sas» dans le voyage utopique: l'exemple de La terre australe connue de Gabriel De Foigny*, in R. Baccolini - V. Fortunati - N. Minerva, *Viaggi in utopia*.

- RACAULT, Jean-Michel. "Fiction utopiche et autobiographie symbolique. La fictionalisation de soi dans le récit utopique au tournant de l'Age Classique." In: FORTUNATI, Vita (org.). *Vite di Utopia*. Ravenna: Longo Editore, 1997.
- RIZZI, Armindo. *Tesi sull'Utopia Cristiana*. In: COLOMBO, Arrigo (org.). *Utopia e Distopia*. Bari: Edizioni Dedalo, 1993.
- RODRIGUES, Antonio E. M.; FALCON, Francisco J. C. *Tempos Modernos. Ensaios de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- RONZEAUD, P. *Du détournement des cheminements culturels: le voyage utopique de G. de Foigny*, in «Actes du colloque de Montréal», BIBLIO XVII, Seattle-Tübingen, 1984.
- RONZEAUD, P. *L'utopie hermaprodite*, CMR, Marseille, 1981.
- RONZEAUD, P. *Raison et déraison de l'imaginaire utopique: Le cas Foigny*, in «Rivista di Letterature moderne e comparate», II, Pisa, 1984.
- RUSSO, Luigi (org.). Quaderni di "Belfagor". Contributti alla Storia del Concilio di Trento e della Controriforma. Firenze: Vallecchi, 1948.
- SALOMONI, Valerio Marchetti-Antonella. *Il ritorno del comunismo alla società imperfetta. Utopia e luoghi comuni*. In: MINERVA, Nadia (org.). *Per Una Definizione dell'Utopia. Metodologie e Discipline a Confronto*. Ravenna: Longo, 1992.
- SARPI, Paolo. *Istoria del Concilio Tridentino*, 2 vols. Firenze: Sansoni, 1982.
- SCHIAVONE, Giuseppe. *Sulla Dinamica Storica del Progetto Utopico*. In: COLOMBO, Arrigo (org.). *Utopia e Distopia*. Bari: Edizioni Dedalo, 1993.
- SERVIER, Jean. *La Utopia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- SPINOZZI, Paola (ed.). *Utopianism/Literary Utopias and National Cultural Identities: A Comparative Perspective*. Bologna: Cotepira, 2001.
- STEGMANN, André, 'Le temps rituel de l'utopie selon cinq utopies des années 1620', *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest*, 83 (1976), 337-47.
- STENDHAL. *Crônicas Italianas*, São Paulo, Edusp, 1997.
- SYMONDS, J.A. - *El Renacimiento en Italia*, 2 vols., México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- TENENTI, A. - *Florence à l'époque des Médicis*, Paris, Flammarion, 1968.
- TROUSSON, Raymond "Le problème religieux dans les voyages imaginaires au seuil des Lumières". In: *Athéisme et agnosticisme. Problèmes d'Histoire du Christianisme*, XVI, 1987.
- TROUSSON, Raymond - *Utopie et utopisme*. In: MINERVA, Nadia (org.). *Per Una Definizione dell'Utopia. Metodologie e Discipline a Confronto*. Ravenna: Longo, 1992.
- TROUSSON, Raymond- *Les Protestants et l'Utopie à l'aube des Lumières: Foigny, Veiras et Tyssot de Patot*. In: FORTUNATI, Vita (org.). *Vite di Utopia*. Ravenna: Longo Editore, 1997.
- TROUSSON, Raymond. "La Distopia e la sua Storia." In: COLOMBO, Arrigo. *Utopia e Distopia*. Bari: Edizioni Dedalo, 1993.
- TROUSSON, Raymond.- *Église et religion en utopie*, in *Modèles et moyens de la réflexion politique au XVIIIe siècle*, Publications de l'Université de Lille, t. II.
- TROUSSON, Raymond. *Viaggi a Nessun Luogo*. Ravenna: Longo, 1992.
- BONGIOVANNI, Bruno e BRAVO, Gian Mario. *Nell'anno 2000. Dall'utopia all'ucronia. Atti del Convegno internazionale (10 marzo 2000)*. A cura di B. Bongiovanni e G.M.Bravo. 2001.
- V.V. UMANESIMO E RINASCIMENTO. *Studi offerti a Paul Oskar Kristeller da V. Branca, A. Frugoni, E.Garin, V.R.Giustiniani, S.Mariotti, A. Perosa, C.Vasoli*. 1980.
- WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?* São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- YATES, Frances A. *La Filosofia Occulta en la Epoca Isabelina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- ZAGANELLI, Gioia. *L'Utopia medievale. Note su paradisi e discorsi*. In: MINERVA, Nadia (org.). *Per Una Definizione dell'Utopia. Metodologie e Discipline a Confronto*. Ravenna: Longo, 1992.

PARECER À PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO

U-TOPOS – CENTRO DE ESTUDOS SOBRE UTOPIA

IEL – UNICAMP

A proposta de criação de um centro interno de pesquisa no IEL-Unicamp, intitulado **U-TOPOS – Centro de Pesquisa sobre Utopia**, apresentada pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo Ornelas Berriel, do Departamento de Teoria Literária, atende plenamente aos requisitos e critérios estabelecidos pela Deliberação. N. 122/2007 da Congregação do IEL. Além do proponente, que se apresenta como Coordenador do centro a ser criado, há outra docente do IEL que o integra, a Profa. Dra. Edwiges Morato, do Departamento de Linguística. Além disso, participam como docentes-fundadores mais 5 professores doutores, sendo 2 da Unicamp (1 do IFCH e 1 do IA), 1 da UFAL, 1 da PUC-Campinas e 1 da Facamp. Associam-se, ademais, de início, ao projeto, 26 alunos orientandos desses vários docentes, em nível de IC, M ou D.

O caráter multidisciplinar do centro proposto ressalta da leitura do documento apresentado, em especial pela presença de pesquisadores ligados aos estudos literários, lingüísticos e históricos. No caso da história, assinala-se a adesão de colegas voltados em especial à história cultural, história da arte e história da arquitetura e do urbanismo. As atividades propostas, amplas e variadas, pretendem dar continuidade ao esforço coletivo que já vem se realizando com êxito desde a fundação da revista internacional *Morus – Utopia e Renascimento*, em 2004, dirigida pelo Prof. Berriel, que ora se encontra na preparação de seu 5º. número.

Na detalhada justificativa teórica e historiográfica dos objetivos, há um bem fundamentado resumo do estado atual dos estudos sobre utopia e distopia, acompanhado de bibliografia internacional pertinente e atualizada. Ressalte-se o amplo escopo de colaboradores da referida publicação, em suas edições já postas à

luz, em que se encontram alguns dos mais reconhecidos especialistas europeus no tema-objeto de **U-TOPOS**, em especial na Itália e França, a partir de uma rede de intercâmbios já posta em marcha pelo grupo que ora se apresenta.

Do exposto, acreditamos que o centro que se pretende criar poderá significar um impulso mais do que bem-vindo a pesquisadores em diferentes estágios de formação, dentro do IEL, da Unicamp e igualmente em outras instituições de pesquisa no Brasil e no exterior.

Nosso parecer é, pois, inteiramente favorável à criação de mais esse centro interno de pesquisa do IEL, nos termos de seu projeto inaugural.

Campinas, 03 de Setembro de 2008



UNICAMP

CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

PARECER nº. 137/2008

ASSUNTO: CRIAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISA SOBRE UTOPIA (U-TOPOS)

Coordenador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ornelas Berriel

Expediente: Resumo da Proposta de Criação do Centro, com Parecer favorável do Coordenador de Pesquisa.

A CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, em sua 154ª. Reunião Ordinária, realizada nesta data, aprovou por unanimidade a criação do novo Centro Interno de Pesquisa, conforme especificado acima.

Cidade Universitária Zeferino Vaz, 09 de outubro de 2008.

Prof. Dr. Alcir Pécora
Presidente